

**FATORES ASSOCIADOS ÀS ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS
E OCUPACIONAIS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS
AGRÍCOLAS DE 2.º GRAU**

ELOY ALVES FILHO

Orientador: DAVID G. FRANCIS

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia Rural.

P I R A C I C A B A
Estado de São Paulo - Brasil
Novembro de 1977

À memória de meu pai

À minha mãe

A meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao *Prof. David G. Francis*, orientador de todas as fases deste trabalho, discussões acadêmicas e liberdade de pensamento.

Ao *Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq* - pela concessão de uma bolsa de estudo na fase final do curso, imprescindível para a conclusão deste estudo.

Ao *Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ESALQ*, na pessoa do *Professor Joaquim de Camargo Engler*, que possibilitou a conclusão do curso e execução desta pesquisa.

A *Fundação CENAFOR* e ao *Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEPE* - pela participação no projeto inicial deste estudo, pela concessão dos dados e valiosa colaboração do pessoal da Divisão de Pesquisa e Planejamento.

A *família Greco*, na pessoa da senhorita *Catarina*, pelo apoio e dedicação durante a execução deste trabalho.

Aos *Professores José Molina Filho, Jesus dos Santos Marden, Maria Ignez Molina, Fernando A.S. Rocha, Oriowaldo Que da e David Oliver Hansen* por suas valiosas sugestões. Agradeço também aos *técnicos da Fundação CENAFOR, Mauro W. de Sousa, Cecília Gallucci, Nanci M. Sano e Waldemar Marques*, pelo apoio e colaboração.

Ao *Wenceslau Gonçalves Neto* pela incansável colaboração desde o início do curso, na revisão e datilografia dos originais e de todos os trabalhos acadêmicos.

Í N D I C E

	<u>Página</u>
<i>CAPÍTULO I</i>	
INTRODUÇÃO	1
OBJETIVO GERAL	5
METODOLOGIA.	5
NECESSIDADE DO TÉCNICO AGRÍCOLA.	9
<i>CAPÍTULO II</i>	
EVOLUÇÃO E ANÁLISE DOS COLÉGIOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS	17
LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS.	22
CURRÍCULO.	25
ENTIDADE MANTENEEDORA	30
CURSOS OFERECIDOS.	30
EQUIPAMENTOS.	33
CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES.	34
<i>CAPÍTULO III</i>	
AS ASPIRAÇÕES DOS ALUNOS.	38
<i>CAPÍTULO IV</i>	
CONCLUSÕES E SUGESTÕES.	52
<i>RESUMO</i>	60
<i>SUMMARY</i>	66
<i>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</i>	70
<i>APÊNDICE.</i>	77

LISTA DAS TABELAS

<u>Tabela</u>	<u>Página</u>
1 - Distribuição Percentual da População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 1970.	2
2 - Distribuição do Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Número de Tratores e Escolas de Ensino Agrícola de 2º Grau do Brasil por Região	4
3 - Características dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, 1971.	21
4 - Currículo Pleno para os Cursos de Habilitação em Agropecuária das Escolas Agrícolas de 2º Grau.	26
5 - Equipamentos e Veículos existentes e seu uso nas 33 Escolas Agrícolas de 2º Grau estudadas no Estado de São Paulo, em 1974 . .	34
6 - Distribuição Numérica e Percentual da Aspiração Educacional dos Alunos das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a origem, 1974	41
7 - Dados Numéricos e Percentuais da Aspiração Ocupacional dos Alunos da 3a. Série das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a ocupação do pai, em 1974.	44
8 - Distribuição Numérica e Percentual da Aspiração Ocupacional dos Alunos da 3a. Série das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a origem, em 1974	46

LISTA DAS FIGURAS

<u>Figura</u>		<u>Página</u>
1	- Crescimento Anual de Número de Estabelecimentos e Matrículas do Ensino Agrícola do 2º Grau do Brasil no Período de 1970/74.	3
2	- Localização das Escolas Agrícolas de 2º Grau e Entidade Mantenedora, para o Estado de São Paulo em 1974	8
3	- Relação Percentual entre Ensino Profissionalizante e Não Profissionalizante e Relação Percentual entre Ensino Profissionalizante de 2º Grau	16
4	- Distribuição, por Estado, das Escolas Agrícolas, de 2º Grau, segundo Dependência Administrativa e Entidade Mantenedora, no Brasil, em 1974	19

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

No segundo semestre do ano letivo de 1974, a fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR - efetuou um diagnóstico quantitativo e qualitativo nos Colégios Técnicos Agrícolas de 2º Grau no Brasil.

A participação do autor como entrevistador da referida pesquisa nos Estados de Minas Gerais e São Paulo e o conhecimento desta modalidade de ensino nela adquirido, despertaram o interesse de estudar com mais detalhes algumas características das Escolas Agrícolas do Estado de São Paulo, a origem dos alunos formandos no ano de 1974 e suas aspirações futuras.

Outro fator que levou à efetivação deste trabalho foi a escassez de pesquisas realizadas nessa área. Além da minuciosa pesquisa do CENAFOR, existe outra do professor VANNI (1973) sobre a clientela das escolas agrícolas de 2º grau de São Paulo. Os demais estudos conhecidos são alguns artigos e não muito detalhados.

Para que se tenha uma visão mais ampla do problema a ser abordado, é conveniente tecer algumas considerações sobre as transformações econômicas e sociais que vêm ocorrendo no país.

Em primeiro lugar, deve-se considerar o crescimento anual das escolas e a evolução das matrículas do ensino técnico agrícola de 2º grau no Brasil no período entre 1970 e 1974, quando foram criados 70,2 por cento dos cursos e implantados cerca de 59 por cento dos estabelecimentos de ensino.

Estabelecendo um paralelo entre o crescimento anual das matrículas e o número de escolas, como pode ser visto na Figura 1, verifica-se que entre 1970 e 1971 ocorreu a maior taxa de crescimento das matrículas, cerca de 39,5 por cento. Percebe-se também que existe certa correspondência entre o incremento das matrículas e o número de estabelecimentos de ensino em agropecuária.

Em segundo lugar, considere-se também que a parte da população brasileira que se acha no campo vem sofrendo uma constante redução com o conseqüente aumento da população urbana, como pode ser observado na Tabela 1.

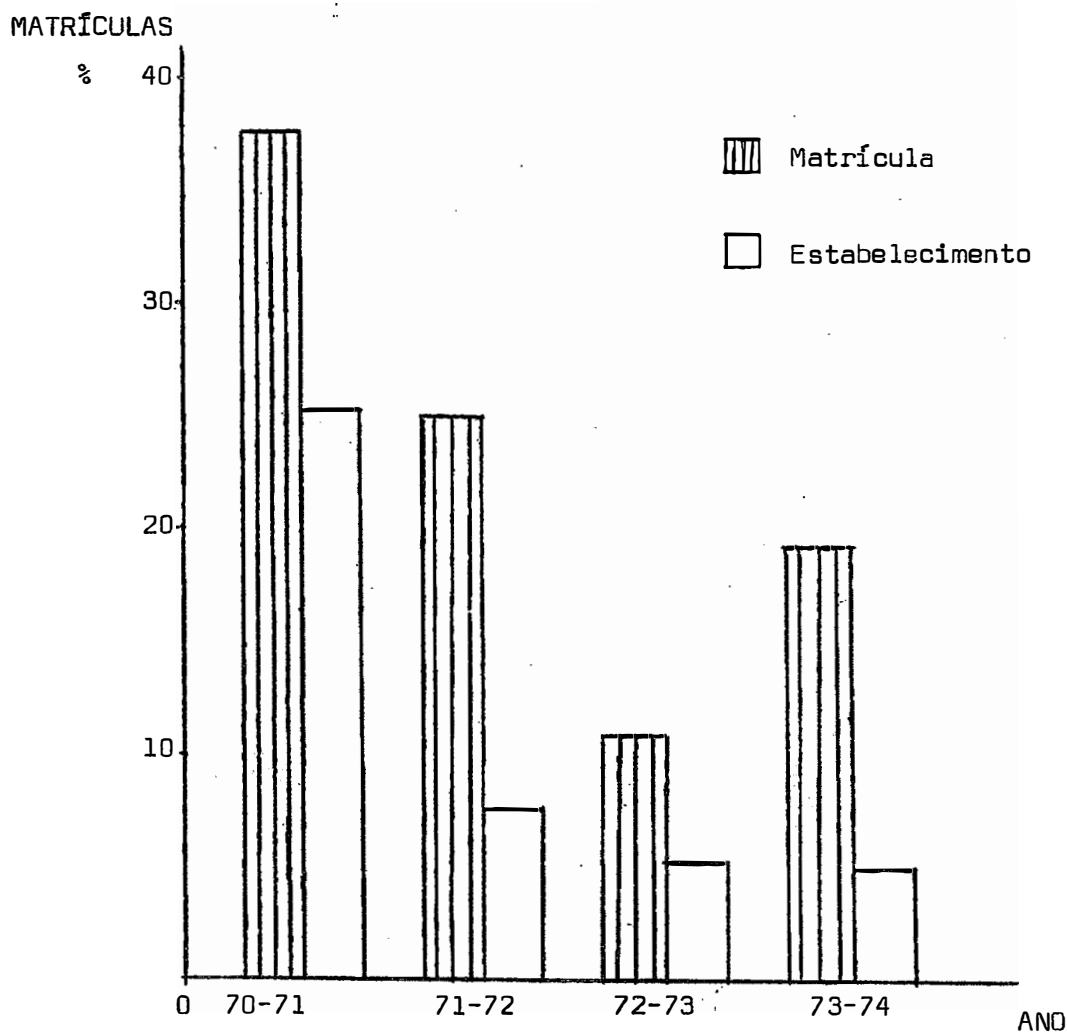
Tabela 1 - Distribuição Percentual da População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 1970.

ANOS \ POPULAÇÃO	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	31.24	68.76	100.0
1950	36.16	63.84	100.0
1960	45.08	54.92	100.0
1970	56.00	44.00	100.0

FONTE: IBGE.

Considere-se ainda, o elevado índice de mecanização da agricultura no Estado de São Paulo, onde a taxa de mão-de-obra ocupada é menor que nas outras regiões, como pode ser visto na Tabela 2.

Figura 1 - Crescimento Anual de Número de Estabelecimentos e Matrículas do Ensino Agrícola do 2º Grau do Brasil no Período de 1970-74.



FONTE: Fundação CENAFOR (1975:53)

Tabela 2 - Distribuição do Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Número de Tratores e Escolas de Ensino Agrícola de 2º Grau do Brasil por Região.

REGIÃO	ESTABELECEMENTOS AGRÍCOLAS (E)		PESSOAL OCUPADO (O)		RELAÇÃO	TRATORES		ESTABELECEMENTO ENSINO AGRÍCOLA	
	N	%	N	%		N	%	N	%
Norte	227.227	4.6	877.922	4.8	3.9	923	0.6	2	1.9
Nordeste	2.213.050	44.9	7.836.224	42.9	3.5	6.033	3.8	18	17.5
Sudeste-1	598.032	12.1	2.689.748	14.7	4.5	13.708	8.7	16	15.6
Sudeste-2 (S.Paulo)	327.697	6.6	1.512.964	8.3	4.6	65.731	42.0	34	33.0
Sul	1.274.589	25.8	4.256.615	23.3	3.3	60.533	38.7	30	29.1
Centro-Oeste	147.070	3.0	576.928	3.2	3.9	5.523	3.5	3	2.9
TOTAL*	4.787.663	97.0	17.750	97.2	3.7	152.451	97.3	103	100.0
BRASIL	4.933.367	100.0	18.249.269	100.0	3.7	156.592	100.0	103	100.0

FONTE: Fundação CENAFOR (1975 : 135).

*Não estão incluídos os Estados do Acre, Mato Grosso e Territórios, por não possuírem escolas agrícolas de 2º Grau.

Possuindo uma das menores taxas de pessoal ocupado no setor primário, 8,7 por cento; o maior número de tratores, cerca de 42,0 por cento e uma agricultura intensiva, o Estado de São Paulo se apresenta como um promissor mercado de trabalho para técnicos agrícolas de 2º grau.

Levando-se em consideração o crescimento das matrículas e do número dos Colégios Técnicos Agrícolas em São Paulo; o aumento constante da população urbana e consequente diminuição da população rural; e o nível de mecanização apresentado pelo Estado de São Paulo, que requer uma nova categoria profissional com mão-de-obra especializada: a de técnico agrícola, pode-se estabelecer os objetivos do estudo.

OBJETIVO GERAL

- . Caracterizar os estabelecimentos quanto a: localização, dependência administrativa, currículo, equipamentos disponíveis, cursos oferecidos e regime de permanência dos alunos.
- . Caracterizar os professores quanto a: nível de qualificação, opinião sobre a escola, sobre o profissional formado por aquele estabelecimento e sobre as oportunidades de trabalho para o técnico agrícola.
- . Caracterizar os alunos quanto a: origem, nível socio-econômico, motivos de procura do curso, aspiração ocupacional e educacional e suas oportunidades de trabalho.

METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos propostos ob

deceu-se aos seguintes procedimentos metodológicos:

Elaboração do presente estudo a partir dos dados da pesquisa do CENAFOR, que objetivava caracterizar os re cursos humanos, materiais, institucionais e econômico-financeiros dos Colégios Técnicos Agrícolas, bem como a adequação dos mesmos quanto à formação dos futuros técnicos de nível médio. Foi feita também uma extensa revisão bibliográfica pa ra ampliar e aprofundar as análises deste trabalho.

O estudo empreendido pela pesquisa do CENAFOR pode ser considerado como descritivo, uma vez que o conhecimento da realidade é feito por meio da descrição das caracte rísticas da população e pelo estabelecimento das associações de determinadas variáveis entre si, segundo SELTZ e outros (1965). Neste caso, hipóteses não são estabelecidas *a priori*, sendo muitas delas formuladas *a posteriori*.

Esse tipo de pesquisa, assim como o presente estudo, é muitas vezes adotado quando são escassos os conhecimentos teóricos explicativos ou pesquisas sistemáticas que permitam delimitar com certa segurança variáveis explicati vas dos fenômenos de estudo e, a partir daí, hipóteses explícitas. Tal fenômeno ocorre com a pesquisa educacional no Bra sil, notadamente na área do ensino agrícola profissionalizante. Ressalte-se que o valioso trabalho desenvolvido pelo CENAFOR representa a primeira "fotografia" completa e exausti va do ensino técnico agrícola de 2º grau no Brasil.

Os estabelecimentos, os diretores, os alunos e professores constituíram a população estudada na referida pesquisa. As unidades de análise para os estabelecimentos fo ram instituições e nas demais, indivíduos.

Quanto aos alunos, foram entrevistados apenas os que cursavam a última série por ocasião da coleta dos dados. Tal delimitação se justifica pelo fato de os alunos pres

tes a concluir o curso possuírem uma visão mais ampla e completa da escola e, por outro lado, por causa da preocupação em identificar quais as características dos profissionais entregues ao mercado de trabalho.

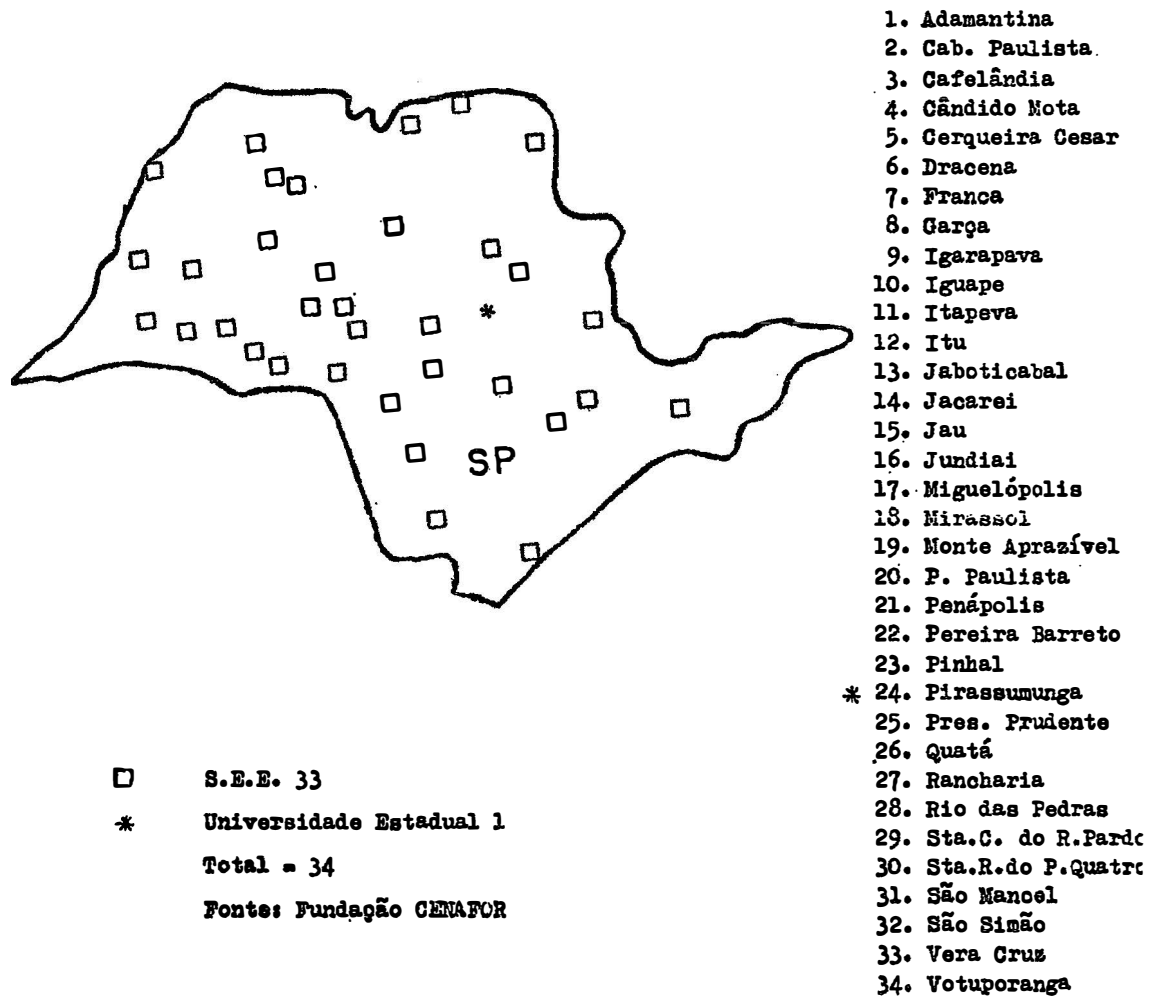
Com relação aos estabelecimentos não se justificava uma amostragem, devido ao seu número reduzido: apenas 103 existentes no país por ocasião da pesquisa. O número dos diretores é o mesmo dos estabelecimentos, tratando-se da mesma forma, da totalidade. Sobre os alunos do último ano e os professores, mesmo dispondo de uma estimativa de seu volume, decidiu-se pelo universo dos indivíduos, buscando garantir sua descrição mais completa e exaustiva. CENAFOR (1975).

Os dados foram coletados por uma equipe de entrevistadores treinados e supervisionados, através da aplicação de um conjunto de quatro formulários previamente testados: diretor, estabelecimento, professores e alunos.

O presente estudo, baseado nos dados da pesquisa descrita acima, abrangeu 33 dos 34 Colégios Agrícolas localizados no Estado de São Paulo em funcionamento no ano letivo de 1974, conforme a Figura 2. Excluiu-se uma escola devido a problemas de ordem técnica e dúvida quanto a qualidade dos dados. Nesses estabelecimentos foram entrevistados 457 professores e 928 alunos que se formavam em 1974.

Optou-se pelo Estado de São Paulo por vários motivos: primeiro porque o autor participou como entrevistador nesse estado e em Minas Gerais; segundo pela homogeneidade da dependência administrativa, pois é o único estado onde, com exceção de um pertencente à Universidade de São Paulo-USP, todos os Colégios Técnicos Agrícolas têm como entidade mantenedora a Secretaria Estadual de Educação; e também por possuir maior bibliografia disponível. Esta homogeneidade quanto à dependência administrativa facilita e permite análises e inferências mais seguras.

FIGURA 2 - Localização das Escolas Agrícolas de 2.º Grau e Entidade Mantenedora, para o Estado de São Paulo em 1974



A fim de efetuar novas análises, foram realizados novos agrupamentos de dados e recodificações. As questões empregadas neste estudo, extraídas dos questionários utilizados pela fundação CENAFOR, encontram-se arroladas no Apêndice ao final deste trabalho.

Foram utilizados também dados de outras fontes básicas como publicações e arquivos de órgãos especializados em estatísticas educacionais como IBGE e SEEC-MEC (Serviço de Estatística de Educação e Cultura).

Para fins analíticos, empregar-se-á a análise descritiva usando-se tabelas de porcentagem. Devido ao caráter descritivo do estudo, as análises acompanharão a apresentação dos dados para facilitar a compreensão dos mesmos.

NECESSIDADE DO TÉCNICO AGRÍCOLA

A primeira questão a ser analisada é a necessidade do técnico agrícola de nível médio. Antes, porém, deve-se levar em conta que a ampliação do mercado de trabalho assalariado criou condições para o desenvolvimento de uma economia voltada para o mercado interno, uma vez que a elevação da renda familiar e o salário fixo levam os indivíduos de classe inferior a consumirem mais alimentos. A princípio, vinculado à expansão do setor externo, esse mercado foi-se desenvolvendo no conjunto da economia brasileira, gerando a implantação e o desenvolvimento da indústria, bem como o aumento do comércio e da agricultura com a finalidade de suprir a crescente demanda interna. Tal processo se identifica quando a diminuição da capacidade de importação, os desníveis do mercado externo e a relativa firmeza da demanda interna constituem fatores capazes de atrair investimentos do setor externo para o setor interno da economia. Assim, o crescimento industrial de substituição de importações e a urbanização se iden-

tificaram. (FURTADO, 1964).

Tais transformações ampliaram o mercado interno dos produtos agropecuários e ocasionaram uma demanda crescente tanto de alimentos quanto de matérias-primas para a indústria. Tornaram-se, então, necessários o aumento e a diversificação da produção do setor primário da economia, seja através do aumento da produtividade, seja por meio da ampliação das áreas cultivadas. Deste modo, a industrialização redefiniu as funções tradicionais da agricultura brasileira, inicialmente voltada sobretudo para a exportação, vinculando-a funcionalmente também ao mercado interno (CENAFOR, 1975). Entretanto, considerando as exigências do desenvolvimento econômico, o desempenho da agricultura não tem obtido os resultados desejáveis. Nas duas últimas décadas, a agricultura tem apresentado crescimento constante do seu produto real a taxas satisfatórias se comparada com o crescimento da população e da renda. No entanto, tal aumento da produção se dá fundamentalmente pela ampliação das áreas de cultivo, pouco devendo ao aumento da produtividade. Esta constatação aplica-se também para o Estado de São Paulo, onde se verificou o maior aumento de produtividade (FURTADO, 1964).

Generalizando, isto significa que a modernização da agricultura brasileira não ocorreu aos níveis desejáveis pois as técnicas da produção não sofreram alterações substanciais. Basicamente ampliaram-se as áreas pouco modificando a produtividade. Entretanto, conforme se constata nos planos nacionais de desenvolvimento, não é apenas este o desempenho que se espera do setor primário.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - estabelece a taxa média desejável de crescimento anual do setor primário da economia em oito por cento (BRASIL, 1971). Da mesma forma, o II PND estabelece em sete por cento essa taxa média anual onde as estratégias prevêm, entre outros aspectos,

o aumento da capacidade empresarial do produtor, a criação, a importação e difusão de novas técnicas de produção (BRASIL, 1975). Nessas diretrizes governamentais encontra-se a afirmação de que a qualificação da mão-de-obra ocupada na área primária é um dos fatores essenciais da modernização da agricultura, implicando no emprego adequado de meios para certos fins, o que, por sua vez, pressupõe a aquisição de conhecimentos e destrezas. É diante de tal fato que se coloca o problema da educação que deve ser entendida como o processo pelo qual serão adquiridos esses conhecimentos, técnicas e habilidades. Essa nova situação redefine o papel e a função da educação brasileira especialmente a educação técnica ou profissionalizante.

A integração de todo ensino médio se deu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com ela, o ensino médio passou a ter um currículo mínimo, onde os cursos técnicos conservam a mesma unidade no que se refere às matérias de cultura geral. Nos cursos profissionalizantes, há a diversificação de currículo ocorrendo maior concentração nas matérias de caráter técnico.

Em substituição à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicou-se a Lei nº 5.692/71, onde o ensino de 2º grau passou a ter caráter terminal e profissionalizante, enfatizando-se a qualificação para o trabalho como componente fundamental do processo de formação integral do educando. Este elemento do processo educativo que se apresenta como sonda de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau, tem no de 2º grau papel predominante. A esse respeito, a preocupação constante do Conselho Federal de Educação é a de que nenhum aluno deve concluir o 2º grau sem alguma capacitação para o trabalho.

Desta maneira, o ensino de 2º grau apresenta não apenas uma função propedêutica para o curso superior, des

tinando-se também à qualificação profissional. O ensino técnico, que era ministrado em apenas alguns estabelecimentos, passou a constituir, a partir dessa época, uma prioridade do sistema educacional brasileiro (CENAFOR, 1975).

O ensino agrícola de 2º grau destina-se à formação profissional a nível médio. As funções dos técnicos desse nível estão sendo revitalizadas porque esses profissionais bem formados as desempenhariam de maneira satisfatória e possibilitariam o seu emprego em grande escala, uma vez que seu custo seria inferior ao dos técnicos de nível superior.

Cabe então, identificar como são definidas as funções do técnico agrícola, de maneira a situá-lo no mercado de trabalho. Sobre este tipo de profissional, o documento que melhor enfoca o tema, caracteriza-o com a função de

"colaborar na solução dos problemas de abastecimento produzindo gêneros de primeira necessidade e matéria-prima da melhor qualidade, de maneira mais econômica para a indústria, procedendo assim como agente de produção. Simultaneamente, o mesmo profissional poderá atuar como agente de serviços para atender ao mercado de trabalho junto às empresas que prestam serviços aos agricultores". MEC/DEM (1973:16).

Um profissional com estas características vem de encontro às metas propostas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, ou seja, que visem em primeiro lugar ao aumento da produtividade no setor primário e à difusão de novas técnicas de produção.

Estabelecem-se assim, duas funções básicas: o agente de serviços e o agente de produção. Considera-se como

agente de serviços o profissional que presta serviços em troca de uma remuneração, como vendedor técnico ou técnico auxiliar em áreas especializadas da economia, exercendo a função de elemento de ligação entre as empresas e os consumidores ou entre os especialistas e os agricultores. Como agente de produção, considera-se o profissional que explora uma propriedade agrícola arrendada ou por sistema de parceria, cultivando, conduzindo e produzindo conforme sua capacidade produtiva e, por meio da utilização maciça e adequada da moderna tecnologia. Também atua na comunidade como elemento de integração social, de mudança cultural e tecnológica.

Entretanto, não se sabe o número de técnicos agrícolas de nível médio absorvido pelo setor primário e não existe um levantamento que mostre o nível de qualificação dos trabalhadores rurais brasileiros. Contudo, baseando-se nos índices de produtividade, pode-se concluir que a rentabilidade agrícola é menor no Nordeste do que no Centro-Sul; e que, pelos próprios tipos de trabalhos e exploração agrícola, a maior parte da mão-de-obra rural não chega a ser semi-especialista. Um índice que permite comparações é o valor médio da produtividade de um trabalhador por hectare. Segundo dados oficiais para grãos em geral, a produtividade no Nordeste é de 611,84 quilos e em São Paulo 3.784,25 quilos, enquanto que a média brasileira é de 1.505,22 quilos. Além das condições climáticas, capital e solo, a agricultura da Região Centro-Sul possui outros fatores que influem na maior produtividade, como a mentalidade empresarial no campo, o emprego de tecnologia e de defensivos em graus mais elevados, além de sementes selecionadas. Assim, a produtividade do algodão no Nordeste é de 500/600 quilos por hectare, enquanto na Região Centro-Sul atinge 1.800/2.000 quilos*.

No período de 1970 a 1975, o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) treinou 150 mil tra-

*Jornal do Brasil, 03/03/76 - 1º caderno, pág. 16.

balhadores rurais, número pequeno quando se conhecem as estatísticas apresentadas pelo censo de 1970 que computaram uma população economicamente ativa de 13 milhões de pessoas no campo. Para reduzir essa defasagem, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) elaborou o Programa Nacional de Capacitação de Mão-de-Obra Rural, que deverá treinar até 1979, mais de 700 mil trabalhadores agrícolas.

Ressaltando a importância do treinamento para os agricultores, PEÇANHA e DUARTE (1970), constataram que um trabalhador rural, maior de 16 anos, formado sistematicamente nos dois anos de treinamento nos Centros Regionais e Locais**, terá sua capacidade de produzir aumentada cinco vezes, e o formado em um Colégio Agrícola tem sua capacidade aumentada quinze vezes, em relação ao homem do meio rural sem nenhuma habilitação profissional. A realização de tais capacitações se apresentava como a contribuição dos Colégios Técnicos Agrícolas para o desenvolvimento sócio-econômico do país através de sua clientela.

No sentido de melhorar a capacidade produtiva do trabalhador brasileiro, os órgãos responsáveis pela educação nacional esforçaram-se para incrementar o ensino profissionalizante. Entretanto, em 1973, dos 52,1 por cento das matrículas totais nos cursos profissionalizantes de 2º grau, apenas 1,9 por cento dessas matrículas se concentrava no ensino agrícola. Ao se relacionar este tipo de curso com o 2º grau

**Centros Regionais - São os Colégios Agrícolas que formam simultaneamente professores e técnicos agrícolas.

Centros Locais - Preparam jovens do meio rural, maiores de 16 anos, para as lides rurais, ao nível de 1º grau, com duração de cinco semestres.

em geral, essa porcentagem se reduz mais ainda, atingindo apenas um por cento das matrículas, como pode ser visto na Figura 3.

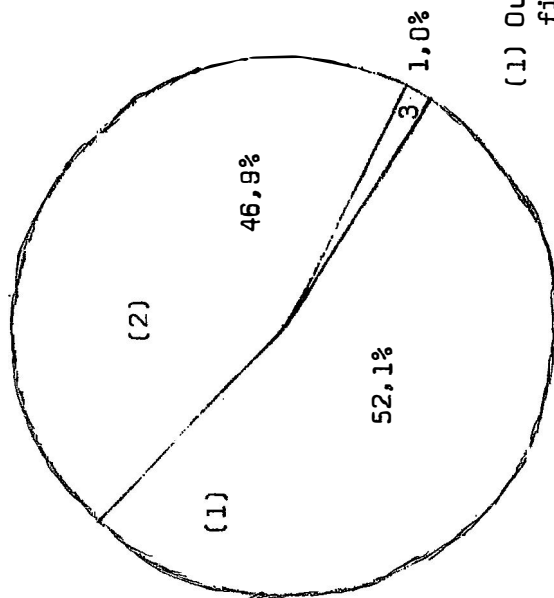
Considerando-se a necessidade do aumento da produtividade agrícola para satisfazer o mercado consumidor de produtos da área primária; levando-se em conta a importância que os órgãos governamentais têm dado atualmente ao ensino profissionalizante e a característica agrícola do Brasil, pode-se dizer que existe necessidade de técnicos agrícolas de nível médio.

Com relação a esse aspecto, a maioria dos professores dos Colégios Técnicos de São Paulo vêem oportunidades de trabalho para os técnicos que estão se formando. Entretanto, as justificativas foram bastante abrangentes, afirmando que o mercado de trabalho é vasto, a região precisa de técnicos e que os ex-alunos se encontram empregados. O otimismo maior se encontra entre os professores de cultura geral e os que estão nesta modalidade de ensino há menos de três anos. Demonstra-se, deste modo, que o pessoal não diretamente relacionado ao treinamento profissional do técnico agrícola, ou seja, os professores de cultura geral e os que possuem pouca experiência, ainda não apresentam uma visão ampla dos problemas fora da escola, mesmo que estes problemas atinjam os técnicos logo após a formatura.

Assim, a análise nos conduz à conclusão de que os professores acham que existe boas oportunidades de trabalho para o técnico.

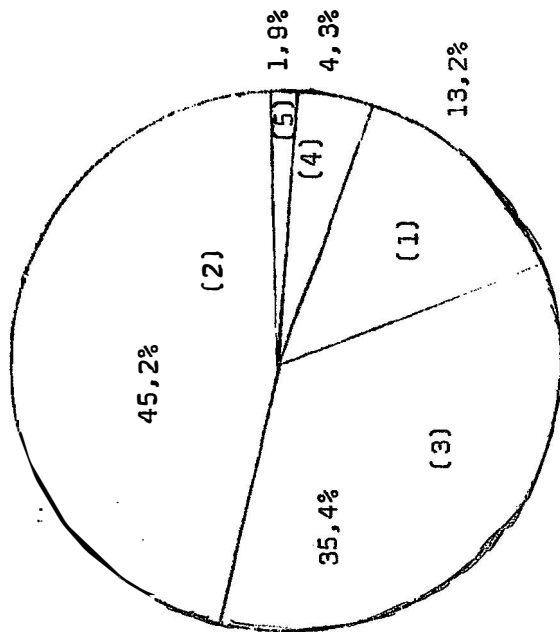
Figura 3 - Relação Percentual entre Ensino Profissionalizante e Não Profissionalizante.(A).
e Relação Percentual entre Ensino Profissionalizante de 2º Grau.(B).

Profissionalizante - Não Profissionalizantes



- (1) Outros Cursos Profissionalizantes.
- (2) Total Ensino não Profissionalizante.
- (3) Ensino Agrícola.

Profissionalizantes



- 1- Industrial
- 2- Comercial
- 3- Normal
- 4- Outros
- 5- Agrícola

FONTE: Fundação CENAFOR (1975:49)

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO E ANÁLISE DOS COLÉGIOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

Devido à pouca disponibilidade de informações sobre esta área de ensino, descrever-se-á sinteticamente a evolução do ensino técnico agrícola no país.

Esta modalidade de ensino, encarregada de preparar a mão-de-obra para a agricultura, teve seu primeiro ato legislativo em 1812, no reinado de D. João VI, em Carta Régia dirigida ao Conde dos Arcos, afirmando que a agricultura bem entendida e praticada era a mais exaurível fonte de abundância e riqueza nacional. Enérgicas providências eram exigidas pelo monarca para que

"se estabeleça imediatamente um curso de agricultura na cidade da Bahia, para a instrução dos habitantes dessa capitania e que servirá de norma ao que me proponha estabelecer em todas as outras capitanias dos meus Estados".
(MEC, 1970, p. 47).

A primeira Escola de Agricultura, criada em 1848, na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, não chegou a existir na realidade. Vários estabe

lecimentos de ensino de agricultura foram criados por D. Pedro II com a denominação de Institutos.

Em 1875, o curso de agricultura da Bahia transformou-se no Instituto Imperial Baiano de Agricultura, que se tornou a primeira Escola de Agronomia do País, em São Bento das Lages, (SEVERO, 1934).

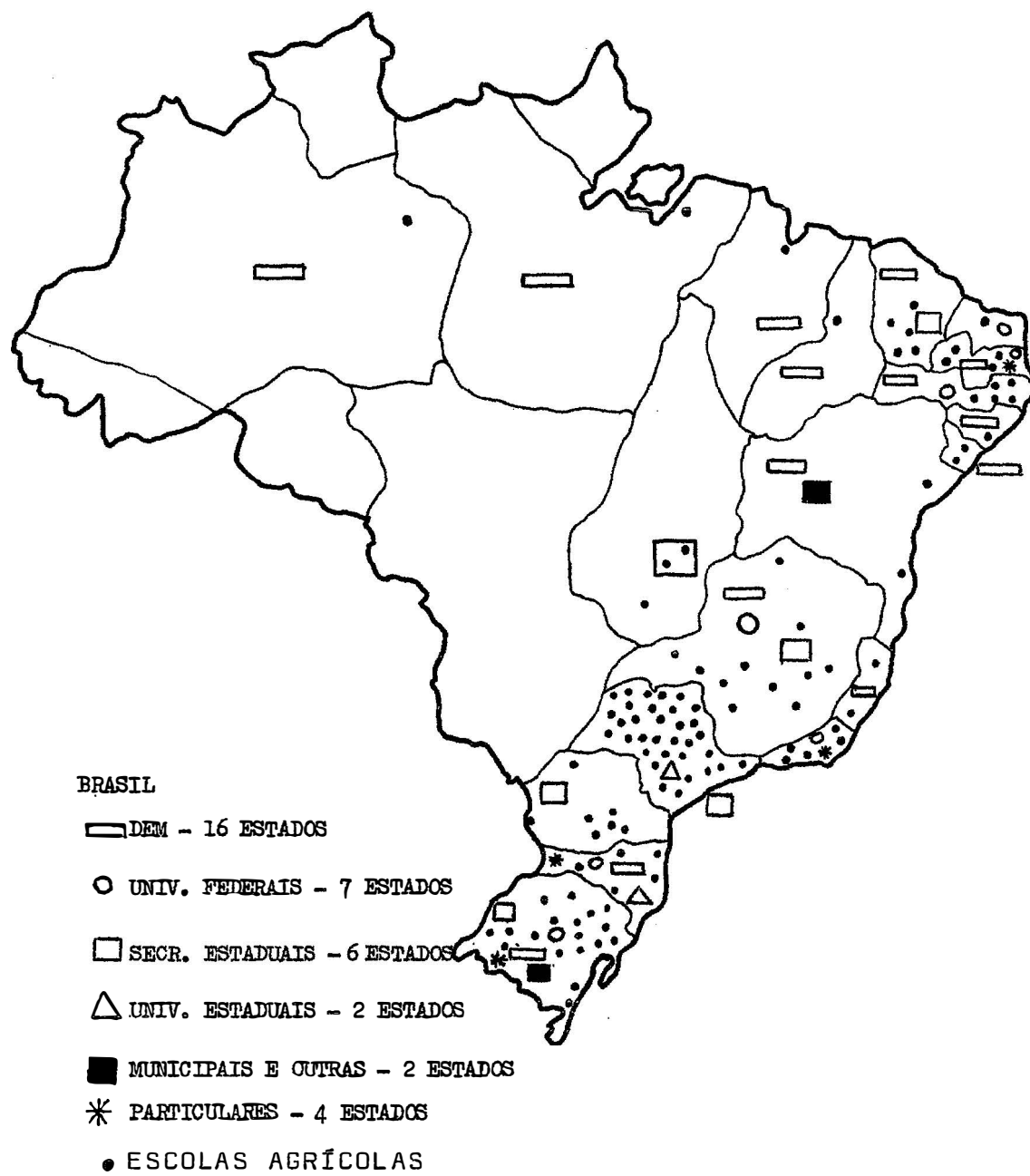
Outro grande passo inicial do ensino da agricultura foi dado pelo Governo Imperial em 1887 com a Fundação do "Instituto Agrônômico de Campinas", que passou para a responsabilidade do Estado em 1892.

O grande centro difusor do ensino da agricultura no Estado de São Paulo a partir da primeira metade do século XX foi a Escola Agrícola "Luiz de Queiroz", localizada em Piracicaba. O funcionamento da escola havia sido autorizado em 1892 com finalidades essencialmente práticas. Entretanto, em 1901, inaugurou-se em Piracicaba a Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", hoje Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" pertencendo à Universidade de São Paulo.

Na década de 1940 foram criadas dez escolas para o ensino da agricultura no Estado de São Paulo. No entanto, no período de 1950 a 1957, o ensino agrícola perdeu várias escolas, restando apenas uma daquelas dez fundadas na década anterior.

Em São Paulo uma fase de expansão do ensino técnico agrícola se deu nos meados da década de 1960. Foram criados nesse período 23,4 por cento dos 34 Colégios Técnicos Agrícolas encontrados com a finalidade de ministrar curso profissionalizante a nível de 2º Grau. O número desses Colégios funcionando no final de 1974 era trinta e quatro, sendo esta a década em que mais se implantaram esses cursos: mais de 70 por cento. A Figura 4 apresenta uma distribuição das escolas agrícolas no Brasil, destacando sua concentração no

FIGURA 4 - Distribuição, por Estado, das Escolas Agrícolas, de 2.º Grau, segundo Dependência Administrativa e Entidade Mantenedora, no Brasil, em 1974.



FONTE: Fundação CENAFOR.

Estado de São Paulo.

Um dos fatores que desacelerou o ritmo de expansão desencadeado por esta modalidade de ensino no Estado no início de sua criação, foi a mudança de direção. O fato dessas escolas estarem ora subordinadas à Secretaria da Agricultura, ora com sua dependência administrativa ligada à Secretaria da Educação, ocasionou vários inconvenientes, gerando um clima de hesitação e incertezas quanto à política de desenvolvimento do ensino agrícola de nível médio; o que explica, de certa forma, a decadência de algumas escolas, a ponto de extinguir nelas o ensino de agricultura e suas dependências serem utilizadas para outros fins. Vários outros fatores: técnicos, econômicos e políticos, também dificultaram o desenvolvimento deste tipo de ensino mas, uma análise acurada sobre essas causas foge ao objetivo central deste estudo.

Esta preocupação com a preparação de indivíduos capacitados em substituição aos elementos improvisados da agricultura, para tornar o trabalho das fazendas mais eficiente e conforme as técnicas modernas, tornou-se uma das grandes preocupações do governo do Estado de São Paulo. Como mostra a Figura 4, é nesse Estado que o ensino agrícola é mais difundido concentrando nele 34 das 109 escolas existentes no país em 1974. Contudo, como foi mencionado, esta modalidade do ensino médio contava em 1971 com apenas 0,9 por cento da matrícula total do Estado e 1,07 por cento do número global dos professores, como pode ser constatado nos dados da Tabela 3. Estas porcentagens são baixas para um Estado de agricultura moderna que requer mão-de-obra qualificada e onde a educação é consideravelmente difundida à população. Chama a atenção também o fenômeno da evasão dos alunos que apresenta a maior porcentagem dentro do sistema educacional brasileiro: 32,5 por cento do curso colegial agrícola frente a 23,9 por cento do curso colegial comum. No entanto, o percentual de aprovações é o mais alto: 93,6 por cento, provavelmente devi-

Tabela 3 - Características dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, 1971.

Estabelecimentos	Cursos	Corpo Docente	Matrícula Inicial	Matrícula final	% Evasão*	Percentual de Aprovações, 1971
Ginásial	4.138	74.908	1.419.607	1.120.165	21,1	75,6
Colegial	2.427	33.214	398.907	303.507	23,9	85,1
TOTAL	6.565	108.122	1.818.514	1.423.672	21,7	80,0
Ginásial Agrícola	29	358	3.412	2.431	28,8	84,4
Colegial Agrícola	31	355	3.658	2.471	32,5	93,6
TOTAL AGRÍCOLA	60	713	7.070	4.902	30,7	89,0
TOTAL GERAL	6.625	108.835	1.825.584	1.428.574	21,8	

FONTE: Departamento de Estatística, Secretaria de Economia e Planejamento.

*Porcentagens calculadas entre as matrículas inicial e final.

do à dedicação integral ao curso, regime de internato e o nível educacional dos professores, onde 87 por cento possuem curso superior.

LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

Quanto à localização, as escolas agrícolas encontram-se distribuídas por 19 estados da Federação, como pôde ser observado anteriormente na Figura 4. Dos 103 estabelecimentos em funcionamento na época da pesquisa, 33 por cento localizavam-se no Estado de São Paulo, justamente o estado que apresenta o maior índice de mecanização da agricultura.

O nível de mecanização da agricultura, como geralmente se faz, foi inferido pelo número de tratores existentes na região. Contudo, deve-se considerar que esse indicador apresenta certas limitações, pois nem sempre a posse de máquina significa modernização da agricultura. (MARTINS, 1969). A mecanização da agricultura reduz o emprego de mão-de-obra, porém surge uma nova categoria profissional, a do técnico agrícola de nível médio, como mão-de-obra especializada.

Para melhor caracterizar a estrutura agrícola das regiões onde se localizam as escolas agrícolas de 2º Grau relacionaram-se três elementos: mecanização, estrutura fundiária e mão-de-obra.

Através das respectivas porcentagens e análise da distribuição do número de tratores, estabelecimentos agrícolas e pessoal ocupado, verifica-se que o Estado de São Paulo apresenta o maior número de maquinaria agrícola do Brasil e, portanto, o mais elevado índice de mecanização da agricultura conforme foi visto na Tabela 2. No entanto, as taxas de mão-de-obra ocupada e de propriedades agrícolas são menou

res do que das outras regiões.

Parece existir um direcionamento na implantação de estabelecimentos agrícolas de 2º Grau em regiões que possuem maior nível de expansão tecnológica. Nesta tendência pode ficar implícita a idéia de que a ocorrência de uma agricultura estabelecida em novo referencial de exploração da terra facilita a abertura e ampliação de mercado de trabalho para os técnicos formados naquelas escolas.

A preocupação é de formar integralmente, familiarizando o jovem com atividades que irá enfrentar em sua vida profissional futura: os problemas da agropecuária, capacitando-o para encontrar soluções condizentes com o meio em que vive, propiciando a elevação da produtividade da agricultura brasileira. Portanto, não seria plausível formar maciçamente um agente de produção que explora sua propriedade agrícola utilizando adequada tecnologia moderna, para uma região onde predomina a grande propriedade rural com a utilização de intensa tecnologia, como o Estado de São Paulo. Nem tampouco um produtor rural, capaz de desenvolver e aplicar uma sofisticada tecnologia em regiões menos desenvolvidas como o Nordeste.

Outro fator importante a considerar para a consecução dos objetivos do ensino agrícola de 2º Grau, em relação à localização dos seus estabelecimentos de ensino, são as características demográficas dos municípios.

Uma análise do tipo de população atendida pela rede de ensino agrícola do País é básica para se avaliar o grau de eficiência dos estabelecimentos de ensino destinados àquele público. Visando identificar o tipo de população predominante nos municípios, procurou-se enquadrá-la nas categorias de rural e urbana, a partir dos dados populacionais dos municípios onde se localizam os estabelecimentos de ensino

agrícola a nível de 2º Grau. Os municípios foram agrupados em três categorias: pequenos, com menos de 20 mil habitantes; médios, de 20 a 100 mil habitantes; e grandes, com mais de 100 mil habitantes.

No Estado de São Paulo, 35,5 por cento das escolas agrícolas localizam-se nos pequenos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes. No entanto a maioria desses estabelecimentos, cerca de 59 por cento, encontram-se em municípios de porte médio com população de 20 a 100 mil habitantes. E apenas 6,5 por cento se situam em municípios com mais de 100 mil habitantes.

O fato de o Estado de São Paulo apresentar um percentual de 35,5 por cento de estabelecimentos em municípios pequenos, superior portanto, aos 28,2 por cento do país, não permite inferir que a localização das escolas agrícolas tende a privilegiar o atendimento da população rural. Isto pode ser verificado por meio da representatividade da população rural em relação à população total do município. Depreende-se dos dados que mais de 60 por cento dos estabelecimentos de ensino agrícola localizam-se em municípios com população predominantemente urbana. Essa tendência não parece refletir a preocupação estabelecida no Decreto nº 63.788, que dá prioridade ao atendimento da população rural, o que proporcionaria o acesso desse contingente à escola gerando também um fator de fixação da mão-de-obra que se qualifica no local de origem.

Provavelmente o ponto de partida para a implantação de uma unidade de ensino agrícola não sejam somente as características demográficas do município mas sim as da micro-região de onde deveria provir seu corpo discente. Também as características demográficas não poderiam ser vistas isoladamente da estrutura agrária da região, sendo que é esta que define as necessidades e o tipo de mão-de-obra que deve ser

formada.

No entanto, não se pode dizer que a situação regional venha figurando como critério determinante para a implantação de escolas agrícolas de nível médio no país. Tal afirmativa foi confirmada pela Fundação CENAFOR (1975), que detectou em São Paulo uma situação que, apesar de particular, demonstra uma tendência geral no ensino agrícola. Neste Estado, três escolas situam-se em municípios geograficamente próximos voltadas portanto, para a mesma clientela e, em princípio, para o mesmo mercado de trabalho. Mesmo que fossem grandes municípios, que não é o caso, tal situação parece refletir a inexistência de critérios que deveriam orientar a expansão de um sistema de ensino. Possivelmente outros fatores ligados à política local teriam orientado sua instalação, escapando assim, de uma perspectiva mais racional para a satisfação das necessidades educacionais da região e do país.

Tais fatos confirmam as condições de MEDINA (1970) que apontou a ausência de uma política de localização das escolas, uma vez que se encontram em capitais dos estados, o que reflete mais o interesse em possuir uma escola de ensino agrícola do que uma idéia de sua função em relação ao meio em que se situa.

CURRÍCULO

Para capacitar os jovens que buscam os Colégios Técnicos Agrícolas, a fim de que desempenhem com desenvoltura atividades agropecuárias, estas escolas dispõem de um currículo pleno de habilitação em agropecuária, demonstrado na Tabela 4.

O currículo mínimo válido para todo território nacional é estabelecido pelo Conselho Federal de Educação,

Tabela 4 - Currículo Pleno para os Cursos de Habilitação em Agropecuária das Escolas Agrícolas de 2º Grau.

Nível de Formação	Matérias, Disciplinas e Atividades	Carga Horária Semanal/Série			T o t a l	
		1a.	2a.	3a.	C/H	Crédito
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	3	360	12,0
	Inglês	2	1	-	120	4,0
	Educação Artística	2	-	-	80	2,7
	História	1	-	-	40	1,3
	Geografia	1	-	-	40	1,3
	Organização Social e Política Brasileira	-	-	2	80	2,7
	Educação Moral e Cívica	-	2	-	80	2,7
	Matemática	3	2	2	280	9,3
	Ciências Físicas e Biológicas	3	3	-	240	8,0
	Ciências Físicas e Químicas	2	2	-	160	5,3
	Ciências Biológicas	1	1	-	80	2,7
	Programas de Saúde	3	3	3	360	12,0
	Educação Física	1	-	-	40	1,3
	Ensino Religioso					
	SUB-TOTAL		22	17	10	1.960

- Continua -

Tabela 4 (Continuação).

Nível de Formação	Matérias, Disciplinas e Atividades	Carga Horária Semanal/Série		T o t a l	
		1a.	2a.	C/H	Crédito
		2a.	3a.		
FORMAÇÃO ESPECIAL	Agricultura	2	-	80	2,7
	Culturas	2	3	320	10,7
	Zootecnia	1	-	40	1,3
	Criações	2	3	320	10,7
	Indústria Agropecuária	-	2	160	5,3
	Desenho e Topografia	1	2	160	5,3
	Construções e Instalações Rurais	1	-	40	1,3
	Irrigação e Drenagem	-	-	80	2,7
	Mecânica Agrícola	1	2	160	5,3
	Administração e Economia Rural	-	2	200	6,7
	SUB-TOTAL	10	14	1.560	52,0
	Atividades Práticas	12	13	1.760	58,7
	TOTAL DA HABILITAÇÃO	44	44	5.280	176,0

FONTE: Portaria nº I de 10/01/74, Diretoria do Ensino Agrícola, S.P.

ficando sob a responsabilidade dos conselhos estaduais a parte diversificada. Para o 2º Grau, a carga horária mínima é de 5.280 horas/aula, sendo 1.560 horas, no mínimo, de conteúdo profissionalizante e 1.760 horas de atividades práticas, e 1.960 de formação geral, conforme a Tabela 4.

Quanto à adequação do currículo mínimo apresentado à realidade brasileira e sua contribuição para o desenvolvimento do país, deve-se considerar em primeiro lugar que o aluno seria proveniente do meio rural, e que portanto, já possuiria uma certa vivência dos problemas inerentes à agricultura. Em segundo lugar, o jovem permaneceria em regime de internato o tempo necessário para obter a graduação de técnico agrícola no mínimo três anos - onde receberia uma formação mista de cultura técnica geral, e experiência prática.

No regime de internato, onde o aluno reside na própria escola, ele se dedica exclusivamente à sua formação profissional. E a preocupação central da escola técnica é o fornecimento de uma preparação integral adequada às necessidades da agropecuária.

A pesquisa revelou que cerca de 59 por cento dos professores dos Colégios Técnicos Agrícolas de São Paulo consideram o currículo adequado às necessidades do desenvolvimento agrícola da região. No entanto, 23,2 por cento têm posição contrária e 18,2 por cento desconhecem o currículo. Estes dados refletem uma visão pouco favorável dos professores sobre a maneira pela qual o currículo se insere no contexto regional. A justificativa apresentada pelos professores que indicaram uma visão positiva foi em geral vaga, declarando apenas que a região era agrícola, as práticas escolares bem orientadas e avaliando a adequação por meio do desempenho de técnicos já absorvidos pelo mercado de trabalho.

Em relação aos professores que opinaram ao con

trário, ou seja, que o currículo não atende às necessidades do desenvolvimento regional, predominam as alegações de que a escola não oferece condições para que as aulas práticas sejam realmente eficientes.

Quanto aos professores que desconhecem o problema da adequação do currículo frente a realidade regional, é importante ressaltar que é o Estado de São Paulo que apresenta o maior percentual: 18,2 por cento; sendo o total para o Brasil de 12,2 por cento. Estes resultados refletem a ausência de conhecimento a respeito de uma questão básica para o ensino profissionalizante, enfatizada na Lei 5.692/71 que é a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho regional.

Entretanto, estas opiniões podem ser influenciadas por certos fatores pessoais e situacionais como: escolaridade, natureza da disciplina que lecionam e tempo de magistério. A Fundação CENAFOR (1975) encontrou para o Brasil os seguintes resultados: a proporção dos que consideram o currículo adequado ao desenvolvimento da região é maior entre aqueles professores que não possuem curso superior: 67 por cento, e com menos tempo de magistério: 60,6 por cento. A proporção dos que acham que o currículo não atende às necessidades regionais é maior entre os professores com formação superior na área agrícola: 33,6 por cento; que lecionam cultura técnica: 22,9 por cento; trabalho de campo: 34,6 por cento, e aqueles com maior tempo de magistério: 40,6 por cento.

A proporção dos que desconhecem o currículo é maior entre os professores com curso superior em outras áreas, professores de cultura geral, com menos tempo de magistério. Embora as diferenças nem sempre sejam altas, os resultados demonstram que os professores ligados à área técnica e com maior experiência no magistério possuem uma visão menos otimista e mais crítica em relação ao currículo das escolas. Ao

contrário, os professores de cultura geral e os com menos tem po de magistério são os que desconhecem o problema.

ENTIDADE MANTENEDORA

O sistema brasileiro de ensino agrícola a nível de 2º Grau é mantido por entidades federais, estaduais e organizações particulares. Os governos estaduais mantêm o maior número de escolas através das Secretarias de Educação e Cultura (SEC) de cada estado. Das 45 unidades que dependem desses órgãos públicos, 73,3 por cento estão localizadas no Estado de São Paulo, unidade da federação que é praticamente autônoma em questões de educação, por causa do volume da arrecadação da receita estadual.

Nesse estado, 97 por cento dos estabelecimentos são mantidos pela Secretaria Estadual de Educação, existindo apenas uma escola ligada à Universidade de São Paulo. Nos demais estados, a maioria das unidades escolares do ensino agrícola é mantida pelo Departamento de Ensino Médio (DEM), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

CURSOS OFERECIDOS

Mesmo não se identificando uma política clara de implantação dos estabelecimentos de ensino agrícola de 2º Grau no país, sua existência se torna uma prioridade para a satisfação das necessidades do desenvolvimento agrícola do país através da capacitação de mão-de-obra especializada. Estas escolas, em princípio dirigidas para a realidade local e regional, procuram capacitar uma mão-de-obra para que esteja habilitada a atender a demanda do setor. Por isso, os cursos oferecidos procuram adaptar-se e adequar-se às necessidades

des da agricultura regional.

Antes da Lei 5.692/71, os cursos ministrados pela maioria das escolas eram voltados para a agricultura e um número menor era relacionado à pecuária. Desde essa época estabeleceu-se uma nova maneira de pensar sobre a formação do técnico agrícola, buscando proporcionar ao futuro profissional uma formação polivalente, pois uma especialização acentuada reduziria as oportunidades de trabalho e o tipo de mão-de-obra necessária à expansão do setor primário. Deste modo, os cursos de agropecuária tornaram-se predominantes tanto nas escolas fundadas depois de 1971 como nas já existentes, que optaram por reformular seus currículos para satisfazer a nova tendência.

Dessa forma, os 102 estabelecimentos de ensino agrícola pesquisados pela Fundação CENAFOR (1975:32), ofereciam 137 cursos a nível de 2º Grau, sendo 68,6 por cento em agropecuária; 19,7 por cento em Economia Doméstica Rural; ficando os demais distribuídos na capacitação de técnicos em culturas especiais ou em trabalhos correlatos à agricultura. O Estado de São Paulo possui 70,2 por cento das habilitações oferecidas em agropecuária; 27,6 por cento em Economia Doméstica e 2,2 por cento em técnico de laticínios. A maior diversificação ocorre no sul do país, devido à predominância da policultura que caracteriza a sua economia agrária.

Entretanto, esta diversificação de cursos muito específicos não parece satisfazer adequadamente à demanda do mercado de trabalho, pois escolas que oferecem habilitações muito específicas como Viticultura e Enologia, na região Sul, estão solicitando a implantação de curso em agropecuária como uma alternativa de ampliar as oportunidades de trabalho. Tal situação enfatiza a importância de que a adequação do currículo às necessidades regionais deve ser feita considerando a capacidade do mercado de trabalho.

As habilitações oferecidas não se expandiram na mesma proporção dos estabelecimentos de ensino agrícola e a tendência é de se concentrarem em agropecuária, que propicia ao futuro técnico uma formação polivalente e, portanto, melhores condições para competir no mercado de trabalho ou se estabelecer como agricultor autônomo.

As próprias características dos cursos e da clientela dos Colégios Técnicos Agrícolas de 2º Grau do Brasil definem o regime de permanência dos alunos. Desse modo, a totalidade dos estabelecimentos de São Paulo oferecem a seus alunos o regime de internato.

O fato dos cursos de agropecuária funcionarem em regime de internato pode refletir uma preocupação de atender à população rural que, em princípio, seria sua clientela, facilitando seu acesso não só em termos de permanência mas também oferecendo oportunidades para os jovens que, limitados por razões econômicas, dificilmente atingiriam o 2º Grau. As limitações dessa clientela podem estar determinando seu acesso tardio à escola, uma vez que cerca de 32 por cento dos formandos no ano de 1974 tinham idade superior a 21 anos e a quase totalidade dos alunos apresenta uma idade superior à considerada ideal para cada série.

Quanto ao sexo dos alunos dos cursos de agropecuária predomina o masculino: cerca de 90 por cento, podendo ser atribuído este fato às limitações de oportunidades oferecidas às jovens do sexo feminino, como por exemplo, alojamento; além da própria divisão do trabalho tradicionalmente aceita para o setor primário. Nesta área, onde predomina o sexo masculino, considera-se em geral que o trabalho rural é uma atividade própria desta categoria devido a suas características, isto é, uma atividade rude que requer sobretudo força física. A escola reflete, neste sentido, a divisão de trabalho existente na sociedade.

EQUIPAMENTOS

Todo estabelecimento educacional requer para a consecução de seus objetivos uma infra-estrutura física e material, sem a qual não poderia sequer existir como instituição. O processo de ensino-aprendizagem não depende apenas da ocorrência da interação aluno-professor mas, de várias condições que interferem nessa relação e no aprendizado, determinando assim sua eficiência. Partindo deste ponto de vista surge a necessidade da escola, especialmente a profissionalizante, oferecer ao estudante a que se propõe formar, um mínimo de condições, que lhe propicie não apenas um melhor desempenho profissional futuramente como também uma maior dedicação às atividades educacionais.

A Tabela 5 apresenta o número de equipamentos e uma média da utilização dos equipamentos e veículos existentes nos estabelecimentos de ensino agrícola em São Paulo.

Quanto às máquinas agrícolas, os estabelecimentos do Estado de São Paulo são os que possuem o maior número. No entanto, os equipamentos se encontram desigualmente distribuídos pelas escolas, sendo que algumas possuem um número considerado suficiente de máquinas e implementos, em relação ao número médio de alunos por escola, cerca de 127; enquanto outras carecem de todo tipo de recursos, segundo a Fundação CENAFOR (1975).

A Tabela 5 mostra a situação dos equipamentos sem demonstrar se é ou não satisfatória para cada unidade escolar, uma vez que se está trabalhando com médias. Pode-se perceber no entanto, que esses números não correspondem aos padrões considerados ideais. As escolas que se encontram melhor equipadas com implementos mecanizados, também se encontram em termos de implementos de tração animal, mesmo considerando sua pouca utilização. Porcentagem considerável des-

sas escolas não possui sistema de irrigação: 27,2 por cento; enquanto um volume maior: 51,5 por cento não conta com um sistema completo utilizando regadores ou infiltração.

Tabela 5 - Equipamentos e Veículos existentes e seu uso nas 33 Escolas Agrícolas de 2º Grau estudadas no Estado de São Paulo, em 1974.

Equipamentos	Utilização	Em uso na escola		Fora de uso
		TOTAL	MÉDIA	
Veículos motorizados e carretas	caminhão, automóvel, jipe, perua	49	1.48	9
	onibus	20	0.61	6
	carretas e carroças	43	1.30	4
Equipamento agrícola motorizado	trator de roda	49	1.48	10
	trator de esteira	2	0.06	1
	micro-trator	92	2.79	9
	Equip. c/ tração mecânica: arado, grade, semeadeira	210	6.36	19
Equip. agrícola c/tração animal	arado, semeadeira, ceifadeira	365	11.06	55
Equipamento de irrigação	completo	7	0.21	-
	incompleto	17	0.52	-
	não tem sistema de irrigação	9	-	-

FONTE: Fundação CENAFOR (1975).

CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES

Com o objetivo de capacitar essa clientela destinada a atuar como mão-de-obra especializada e intensificar o desenvolvimento do setor primário, os colégios técnicos agrí

colas dispõem de um corpo docente com conhecimentos gerais e específicos sobre as habilitações oferecidas.

A legislação que rege o ensino no país estabelece como habilitação necessária para que o professor exerça o magistério a nível de 2º Grau, diploma de curso superior com licenciatura plena em Faculdades de Filosofia, que dá direito a registro no Ministério da Educação e Cultura, graças à formação pedagógica obtida nos cursos das Faculdades de Filosofia.

Em relação ao ensino técnico agrícola, cabe ressaltar em primeiro lugar que a distribuição dos professores é feita conforme seu tipo de escolaridade, que pode se constituir numa formação escolar voltada para o setor primário ou numa formação voltada para outras áreas. Assim, ficam os primeiros responsáveis pelo ensino das disciplinas da área de cultura técnica e os segundos, pelo ensino na área de cultura geral.

Neste tipo de ensino, os profissionais que possuem curso superior na área primária indicados para ministrar as disciplinas técnicas são, em sua maioria, engenheiros agrônomos e médicos veterinários, devido ao conhecimento que possuem acerca do conteúdo dessas disciplinas, embora essa formação não lhes forneça um preparo do ponto de vista pedagógico para exercer tal função.

No caso da formação didático-pedagógica estabelecida como exigência para o desempenho da função, sem considerar a área em que fizeram seu curso superior, apenas 46,5 por cento satisfazem tal requisito. Assim, segundo a lei que regulamenta o ensino médio, mais da metade dos professores se encontram em situação irregular. Quanto a estes professores que não preenchem os requisitos legais, a maioria deles é constituída por indivíduos com formação na área agrícola. Con

vêm esclarecer que as deficiências sentidas entre os professores com habilitação na área agrícola são geradas pela formação predominantemente técnico-científica do agrônomo e do veterinário que não os habilita ao exercício do magistério em termos legais. Em relação aos professores de cultura geral, apenas 8,7 por cento não se encontram em situação regular quanto à formação pedagógica.

Esta carência constatada em relação à formação didático-pedagógica, especialmente nos professores de cultura técnica, poderá influir negativamente na formação profissional do aluno, sobretudo na maneira de transmitir o conteúdo das disciplinas.

Quanto à área de formação, constata-se que no Brasil 66,7 por cento dos professores possuem formação escolar não voltada para a área agrícola; encontrando-se 33,3 por cento com formação nessa área. Neste sentido, apenas três em cada dez professores têm formação técnico-científica na área agrícola e sete deles têm outro tipo de formação em diferentes áreas.

Em relação ao nível educacional dos professores do ensino agrícola o Estado de São Paulo apresenta um nível elevado pois, 97,2 por cento dos professores possuem curso superior. Estando portanto, bem acima da média para o Brasil em geral, que é de 72,5 por cento. Esta alta porcentagem de professores com curso universitário é devido à proliferação de Faculdades de Filosofia no interior do estado; facilitando, assim, a possibilidade dos professores concluírem um curso superior mesmo já trabalhando.

Quanto ao número de professores por escola, os estabelecimentos de ensino agrícola de São Paulo apresentam uma média de 13,8 professores, sendo 5,5 na área de cultura técnica e 8,3 de cultura geral. Em relação à média brasilei

ra, esse estado se encontra em posição inferior, pois a média geral é de 16 professores por escola, sendo 6,2 de cultura técnica e 8,7 de cultura geral e 0,7 de cultura técnica e geral.

Neste sentido, poderia estar comprometida a formação do técnico agrícola de nível médio, por possuírem as escolas um número insuficiente de professores uma vez que é o estado que possui o maior número de alunos matriculados: 29,3 por cento. Sente-se mais o problema ao se perceber que o número de professores de cultura técnica é menor ainda, especialmente ao se considerar que esta seria a formação básica do técnico e que este é carente de experiência na área agrícola tendo em vista que a maioria da clientela das escolas agrícolas é proveniente do meio urbano.

De um modo geral, os recursos humanos para a educação apresentam-se insuficientes, o que parece ocorrer não só ao nível dos profissionais responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem mas também ao nível do pessoal de apoio requerido para a consecução dos objetivos educacionais. Especialmente no ensino agrícola que oferece internato para sua clientela, possui áreas cultivadas, oficinas e equipamentos, exigindo um número maior de pessoal para sua manutenção, esta situação se torna mais premente.

CAPÍTULO III

AS ASPIRAÇÕES DOS ALUNOS

Neste estudo a aspiração será considerada como um desejo do indivíduo para alcançar um objetivo considerado como um bem. No caso deste trabalho o objetivo desejado será identificado como a ocupação após a conclusão do curso ou a continuidade dos estudos, para que posteriormente exerça uma profissão em nível mais elevado que lhe garante tanto um provável maior grau de satisfação pessoal como um maior salário. O fator salário juntamente com o prestígio que a escolaridade proporciona por não atingir a todos, especialmente em sociedade com características sócio-econômicas e políticas como a brasileira, funcionam como fortes metas a serem alcançadas por um elevado número de jovens. No entanto, o jovem pode possuir outros tipos de aspirações.

No decorrer do processo de formação escolar, profissional e de desenvolvimento das aspirações, o jovem assume uma série de atitudes em relação à consecução de seus objetivos.

Segundo os psicólogos sociais, uma atitude é constituída de um sistema duradouro de valores e opiniões for

madras por um componente cognitivo, um componente afetivo e uma tendência para a ação (RODRIGUES, 1973).

O componente cognitivo é constituído pelas representações cognitivas, convenções ou opiniões a respeito do objeto de uma atitude. São o conhecimento, as habilidades aprendidas e a prática que o estudante adquire sobre determinado assunto que participarão da formação de sua aspiração futura. Neste sentido, presume-se que suas aspirações ocupacional e educacional sofrerão influência do conteúdo do conhecimento, das habilidades e técnicas aprendidas durante o período de formação profissional.

O componente afetivo consiste numa parcela de sentimentos relacionados com as convicções pró ou contra um determinado objeto social. Este componente diz respeito à atração ou inclinação afetiva exercida pelas características ou atividades marcantes do pai, de pessoa relacionadas ao jovem ou mesmo da escola, durante o período de formação profissional. A esse respeito, pode-se supor que algumas características marcantes ligadas ao estudante, no caso do presente estudo, como por exemplo, a ocupação do pai, o número de professores de cultura técnica e o volume de equipamentos disponíveis na escola, poderão influenciar as aspirações educacionais e ocupacionais dos alunos dos Colégios Técnicos Agrícolas. Portanto, existe a pressuposição de que os filhos de agricultores que estudam numa escola agrícola que dispõem de um elevado número de professores de cultura técnica e muitos equipamentos e implementos agrícolas, aspirarão a uma ocupação na área primária.

Segundo RODRIGUES (1973) as atitudes têm um componente ativo, instigador de comportamentos conforme as cognições e os afetos relativos aos objetos atitudinais. Este componente é a tendência para a ação, que se refere ao estado de prontidão para reagir de determinada maneira frente a uma

situação. Corresponde à tendência do técnico formado em desejar atuar num setor da economia conforme os conhecimentos que adquiriu e a afeição por determinados elementos participantes de sua formação profissional. Assim, o componente ativo constitui a força adquirida pelo aluno durante seu processo de aprendizagem que o levará a aspirar a uma ocupação relacionada à sua qualificação profissional. Portanto, é a partir do conhecimento, da inclinação afetiva, da tendência para a ação ou das identificações e influências exteriores que as aspirações se formam. Deste modo pode-se inferir que atitudes tomadas pelo aluno em relação a sua origem, às características físicas da escola e aos professores constituem algumas fontes de aspirações educacionais e ocupacionais dos alunos.

Agentes de influência, grupos de referência, companheiros e famílias são conceitos usados para indicar as pessoas que exercem influência na vida de um indivíduo. O agente de influências ("outros significantes") é o conceito mais preciso desenvolvido para estimar influências interpessoais sobre variáveis orientacionais, afirmaram HALLER e WOELFEL (1972). Estes autores mostraram que os três melhores indicadores de aspirações educacionais são: o nível de aspiração ocupacional do indivíduo, as expectativas educacionais de seus agentes de influência e a percepção de seus objetivos.

Fundamentando-se nos resultados do estudo citado anteriormente que afirma ser o nível de aspiração ocupacional do indivíduo um bom indicador de sua aspiração educacional, empregar-se-á também este indicador para identificar e caracterizar as aspirações educacionais dos alunos estudados, pois, conforme a ocupação aspirada pelo jovem, exigindo mais ou menos escolaridade, estará indicado implicitamente o nível de sua aspiração educacional.

Na Tabela 6 encontra-se uma distribuição numérica e percentual que apresenta de maneira explícita as alter

nativas procuradas pelos jovens para concretizar sua aspiração educacional.

Tabela 6 - Distribuição Numérica e Percentual da Aspiração Educacional dos Alunos das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a origem, 1974.

Local de Residência Aspiração educacional do aluno	Rural		Urbano		Total	
	N	%	N	%	N	%
Só estudar	43	4.6	138	14.9	181	19.5
Trabalhar e estudar	168	18.1	412	44.4	580	62.5
Só trabalhar	54	5.8	109	11.8	163	17.6
Sem resposta	2	0.2	2	0.2	4	0.4
TOTAL	267	28.7	661	71.3	928	100.0

FONTE: Dados da pesquisa.

O primeiro resultado apresentado pela Tabela 6 indica que 71.3 por cento dos alunos entrevistados são de origem urbana, enquanto era de se supor que a clientela dos Colégios Técnicos Agrícolas fosse do meio rural.

Os dados da Tabela 6 também revelam que existe uma grande quantidade de alunos, cerca de 82 por cento, aspirando a continuar os estudos, apenas estudando ou mesmo estudando e trabalhando. Este fato demonstra o desejo da maioria da clientela dos Colégios Técnicos Agrícolas de 2º Grau em obter uma escolaridade de nível superior. Os motivos dessa volumosa procura de continuar os estudos após a conclusão de um curso profissionalizante e, portanto, de caráter terminal, são vários. Entre estes, em primeiro lugar se encontram os de ordem econômica como: salário, uma vez que a remun-

neração de um técnico de nível médio é bem inferior ao do técnico graduado em universidade; também a perspectiva de melhoria de vida e condições de auxiliar antecipada e mais efetivamente a própria família que em geral é carente como foi constatado nas respostas dos alunos.

Em um outro plano estão os de ordem social como: o prestígio que confere o curso superior em relação ao de nível médio em nossa sociedade; a busca de um status mais elevado na estrutura social que proporcione maior prestígio e também a satisfação pessoal de adquirir o maior volume possível de conhecimentos sobre a atividade profissional a que aspira.

A concentração da aspiração educacional da Tabela 6 na categoria daqueles que pretendem trabalhar e estudar reflete, como foi confirmado pelos alunos em suas justificativas pela continuidade dos estudos, o baixo nível sócio-econômico de suas famílias que não podem enviar os filhos para a Universidade. Não fossem as facilidades apresentadas pelos Colégios Técnicos Agrícolas, como por exemplo: gratuidade do ensino, internato e alimentação, provavelmente, muitos daqueles jovens não teriam atingido a escolaridade de 2º Grau.

Em relação aos alunos que desejam somente trabalhar, apenas 17,6 por cento da clientela se encontra nesta categoria. Considerando que o curso é de caráter terminal e se destina à capacitação de mão-de-obra especializada para o setor primário da economia, pode-se dizer que é baixo o volume dos jovens que desejam trabalhar em seguida à formatura. Nesta categoria se encontram também parte considerável daqueles que demonstraram interesse em trabalhar na agricultura após a conclusão do curso.

Em relação aos planos educacionais do jovem, KANDEL e LESSER (1969), encontraram que o adolescente está em

considerável concordância com os pais. Os desígnios educacionais dos filhos são, às vezes, as próprias aspirações dos pais, determinadas em grande parte pela posição que estes ocupam na sociedade. As próprias expectativas daquilo que os adolescentes desejam para si mesmos como adultos têm sido bem próximas às expectativas ocorrentes em seus pais.

O meio sócio-cultural da família também está ligado à decisão do jovem de se matricular num curso técnico ou profissionalizante. CASTRO (1972), vai além ao afirmar que tanto os valores como as aspirações do grupo social a que pertence a família influenciam a escolha para os filhos. Uma outra associação encontrada por esse autor é a de que a clientela dos cursos técnicos tende a ser filhos de pais que estão envolvidos em ocupações manuais.

Também os professores são agentes de influência. Quanto às influências destes sobre os alunos, METTLIN e HSU, (1975) verificaram que os professores, assim como os amigos, podem influenciar várias pessoas, em níveis diferentes, em determinado tempo. Estas pessoas permanecem menos tempo em companhia dos jovens do que os pais, mas sua abrangência em número de influenciados é maior do que no círculo familiar, embora em menor intensidade.

Segundo as idéias apresentadas, pode-se inferir que certas características da origem do aluno, do status sócio-econômico dos pais, características físicas da escola e dos professores atuam como fontes de aspirações dos alunos formandos das escolas agrícolas de 2º Grau de São Paulo.

Para caracterizar as aspirações ocupacionais e, implicitamente as educacionais, dos alunos apresenta-se a Tabela 7 onde estas aspirações são relacionadas com a ocupação do pai. Verifica-se a partir dos dados uma ausência de apoio à pressuposição de que as aspirações dos alunos estão associa

Tabela 7 - Dados numéricos e percentuais da aspiração ocupacional dos alunos da 3a. série das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a ocupação do pai, em 1974*.

Aspiração Ocupacional	Ocupação do Pai		Ocupações liberais alta administração		Altos cargos de gerência e direção		Alta supervisão e não manuais		Baixa supervisão e não manuais		Manuais especializadas		Manuais não especializadas e agrícolas		Sem resposta		TOTAL			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
17	1,8	124	13,4	135	14,6	56	6,1	108	11,6	104	11,2	26	2,8	571	61,5					
2	0,4	6	0,6	3	0,3	1	0,1	6	0,6	2	0,2	0	0	22	2,4					
8	0,9	60	6,5	42	4,5	17	1,8	38	4,1	24	2,6	10	1,1	199	21,5					
1	0,1	3	0,3	2	0,2	4	0,4	9	1,0	9	1,0	1	0,1	29	3,1					
3	0,3	24	2,6	21	2,3	9	1,0	19	2,1	20	2,2	5	0,5	101	10,9					
0	0	0	0	2	0,2	0	0	2	0,2	1	0,1	1	0,1	6	0,6					
TOTAL	33	3,5	217	23,4	205	22,1	88	9,4	182	19,6	160	17,3	43	4,6	928	100,0				

FONTE: Dados da pesquisa.

*Os vários tipos de ocupações apresentadas na tabela foram ordenadas conforme a escala de ocupações elaborada por HUTCHINSON (1960), baseados no prestígio atribuído a cada ocupação.

das à ocupação do pai. Isto pode ser devido a uma relativa concentração dos pais, 46,3 por cento, em ocupações que refletem pouco prestígio ou posição na sociedade como: baixa supervisão e profissões manuais.

Os jovens técnicos apresentaram vários tipos de aspirações mas, a tendência forte foi pela procura de ocupações liberais, 61,5 por cento dos alunos. Esta situação reflete o prestígio que estas ocupações e uma escolaridade superior gozam em nossa sociedade. Em contrapartida, sente-se o pouco prestígio das ocupações manuais especializadas e agrícolas onde, apesar do ensino ser profissionalizante e voltado para o setor primário, apenas 10,9 por cento dos alunos aspiram a ocupações ligadas à agropecuária. Apesar desta categoria da tabela ser composta, sendo constituída por ocupações manuais especializadas e agrícolas, 12,9 por cento, ressalte-se que 97 por cento de seus componentes desejaram ocupações voltadas para o setor primário da economia.

Os dados revelaram uma tendência constante à aspiração de ocupações que proporcionam prestígio ou possibilidades de melhores ganhos econômicos, refletindo a ideologia de uma sociedade capitalista e de classes. Os filhos de pais com ocupações portadoras de pouco prestígio quase não aspiraram à essa mesma ocupação procurando sempre uma mais elevada.

Até mesmo os alunos de origem rural aspiraram a ocupações com características urbanas em lugar de profissões agrícolas, como pode ser visto na Tabela 8. Nesta tabela encontram-se 82 por cento dos alunos de origem rural aspirando a ocupações liberais, gerência e alta supervisão.

As medidas seletivas como: o internato que é destinado apenas aos alunos oriundos do meio rural e a aceitação, em primeiro lugar, de filhos de agricultores, não estão resolvendo o problema das escolas que formam técnicos para de

Tabela 8 - Distribuição numérica e percentual da aspiração ocupacional dos alunos da 3a. série das Escolas Agrícolas de 2º Grau de São Paulo, segundo a origem, em 1974.

Aspiração Ocupacional	Origem do Aluno		SÃO PAULO				OUTROS ESTADOS				TOTAL			
			RURAL		URBANO		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ocupações liberais	122	13,1	281	30,2	42	4,5	123	13,2	164	17,6	404	43,5	568	61,2
Altos cargos administrativos	2	0,2	12	1,3	2	0,2	6	0,6	4	0,4	18	1,9	22	2,4
Cargos de gerência e direção	32	3,4	104	11,2	19	2,1	43	4,6	51	5,5	147	15,8	198	21,3
Alta supervisão	5	0,5	20	2,7	0	0	4	0,4	5	0,5	24	2,6	29	3,1
Inspeção e outros não manuais	27	2,9	50	5,4	10	1,0	14	1,5	37	3,9	64	6,9	101	10,9
Baixa supervisão	6	0,6	4	0,4	0	0	0	0	6	0,6	4	0,4	10	1,1
Inspeção e outros não manuais	194	21,0	471	50,7	73	7,8	190	20,5	267	28,8	661	71,2	928	100,0
Manuais especializadas agrícolas e não manuais														
Sem resposta														
TOTAL														

FONTE: Dados da pesquisa.

envolver a área primária, pois os jovens recém-formados não demonstraram disposição para trabalhar neste setor.

O problema é complexo e profundo. Os motivos que afloram, em primeiro lugar, são relacionados à ideologia dominante da educação elitista em que os cursos de caráter acadêmico desfrutam de maior prestígio que os cursos técnicos de nível médio. Uma das razões dessa desigualdade de prestígio é o caráter terminal e profissionalizante do curso técnico, que forma mão-de-obra especializada tanto para ocupações não manuais como para as manuais. E estas últimas ocupações, em nossa sociedade, não conferem tanto prestígio a quem as desempenha como as profissões liberais. Um outro fator é a continuidade dos estudos facultada pelo curso acadêmico, especialmente em uma estrutura social que oferece melhores oportunidades salariais e de trabalho aos portadores de diplomas de curso superior. Assim, seria o caso de rever a filosofia do ensino técnico profissionalizante e os mecanismos de controle da aplicação das normas que regulamentam o ensino técnico agrícola no sentido de preparar o jovem para atuar no setor primário da economia. Caberia também, uma reavaliação da estrutura fundiária brasileira em termos da não absorção desses técnicos, do aproveitamento deles como administradores ou proprietários de pequenas fazendas, através de uma criteriosa reforma agrária ou mesmo como assalariados, mas sempre empregando-os no setor para o qual foram treinados. Em relação ao não emprego dos técnicos recém-formados, identificou-se este fenômeno através da Fundação CENAFOR que pretendia após a sua pesquisa continuar a manter contato com os alunos entrevistados para sentir suas dificuldades e necessidades. Aconteceu que dois meses após a formatura, grande parte dos novos técnicos escreveram para a Fundação CENAFOR pedindo emprego, revelando assim, a pequena demanda de técnicos agrícolas por parte dos agricultores.

A reduzida procura das ocupações ligadas ao

setor primário da economia pelos alunos, apenas 10,9 por cento, considerando que as escolas agrícolas de 2º Grau visam capacitar os futuros agricultores que irão dinamizar a agropecuária do país, pode ser devido à origem dos alunos ser predominantemente do meio urbano, 71,2 por cento como ficou constatado na Tabela 8.

Esta elevada tendência de alunos oriundos de meio urbano nas escolas agrícolas pode ser interpretada de diferentes ângulos. Primeiro, do ponto de vista da estrutura social, onde o trabalhador da área primária se encontra em uma situação indesejável e com poucas oportunidades ou facilidades de estudar. Assim, muitas oportunidades de aprendizagem técnica, científica e contato com as inovações tecnolôgicas oferecidas por esta modalidade de ensino, voltada diretamente para a agricultura, não estão sendo aproveitadas pelo homem do campo. Conseqüentemente, o nível técnico e a adoção de inovações do agricultor brasileiro permanecem quase estáticas no que diz respeito à ajuda que tem recebido do técnico agrícola, seja o contratado ou seus próprios filhos.

Uma outra questão, ainda nesta esfera, que pode explicar o reduzido volume de jovens rurais nas escolas agrícolas, é a disponibilidade dos jovens da zona rural para frequentarem um curso regular, especialmente numa escola que exige dedicação exclusiva durante vários anos, uma vez que ele é mão-de-obra para a família. Quando esta pode se abster do trabalho do filho, às vezes ocorre que ele aspira a outro nível educacional e ocupacional.

Na Tabela 7, segundo informações fornecidas pelos alunos, encontra-se concentrado na categoria de filhos de pessoas que ocupam altos cargos de gerência e direção o maior número de alunos, 23,4 por cento. Apesar de estas ocupações requererem certos conhecimentos técnicos e uma determinada escolaridade, ressalte-se que 71,1 por cento dos pais dos

alunos possuem apenas o curso primário, e destes, a maioria não o completou; e que 6,4 por cento do total são analfabetos. Talvez pelo motivo de estarem estas ocupações muitas vezes sendo desempenhadas por pessoas com pouca escolaridade, os alunos não aspiraram a tais ocupações, mesmo sendo de características urbanas e refletindo prestígio, à semelhança das outras aspiradas.

É interessante salientar que apesar de se encontrarem matriculados numa escola técnica agrícola de caráter profissionalizante, não se registrou informação de aluno filho de pai com nível educacional superior que aspirasse a uma ocupação agrícola, concentrando-se apenas nas de alta supervisão, gerência e liberais. Pode-se interpretar esta questão considerando que os pais com curso superior podem orientar mais os filhos quanto à profissão futura, perspectivas de trabalho, e possuem melhores condições financeiras para assegurar aos filhos a continuidade dos estudos.

Como pode ser visto na Tabela 7, a maioria dos alunos demonstrou desejo de continuar os estudos, caracterizando sua aspiração educacional ao planejarem ocupações que requerem mais escolaridade, especialmente as profissões liberais.

Indagados sobre os motivos de procura do curso superior, cerca de 77,0 por cento dos alunos responderam que era devido ao baixo salário do técnico de nível médio em relação ao de nível superior e também por auferir prestígio. Destes alunos que desejam continuar os estudos, 62,4 por cento pretendem trabalhar e estudar, refletindo desse modo conforme as justificativas dos alunos, o baixo nível sócio-econômico das famílias que não podem mantê-los em uma universidade.

Devido ao fato de os alunos pretenderem continuar os estudos em nível superior, estes, mesmo querendo trabalhar, ficam impossibilitados de buscarem uma ocupação na agri-

cultura, uma vez que as universidades se localizam nos centros urbanos e os horários das aulas e do trabalho no campo são incompatíveis, tornando praticamente impossível conciliar satisfatoriamente as duas atividades.

Verificou-se que o técnico agrícola de nível médio será útil ao setor primário e que a maioria dos professores endossou tal afirmativa. No entanto, um elevado número de técnicos, 82 por cento desejam continuar os estudos logo após a conclusão do curso técnico agrícola. Resta, então, saber o que esses jovens pensam a respeito das oportunidades de trabalho para eles. Com relação a esse aspecto, 73,6 por cento responderam que existe oportunidade de trabalho para o técnico agrícola. Nesse sentido, ou os órgãos oficiais, as empresas privadas e os agricultores não são suficientes para absorverem os técnicos recém-formados, ou o salário e as condições de trabalho não são favoráveis pois, apesar do elevado número de alunos que afirmaram existir oportunidade de trabalho, cerca de 58 por cento dos que pretendem continuar os estudos desejam futuramente trabalhar por conta própria, refletindo assim, um ponto de estrangulamento por parte dos empregadores de mão-de-obra especializada para o setor primário, pois não atraem esses técnicos.

Quanto à formação ou adequação de currículo às atividades que serão desempenhadas pelo técnico agrícola de nível médio na região, que poderia ser um dos motivos da não absorção destes elementos por parte dos empregadores, encontrou-se que 75,1 por cento dos professores entrevistados consideram a formação do aluno adequada, tanto por parte do currículo e capacidade do corpo docente, como pelos recursos de que a escola dispõe.

Deste modo pode-se supor que os Colégios Técnicos Agrícolas serão capazes de formar técnicos para contribuir com o desenvolvimento do setor primário do país, até mesmo

compensando a falta de experiência da clientela que é, na maioria, originária do setor urbano.

Resumindo, a tendência demonstrada pelos formandos foi de desejarem continuar os estudos e alcançarem ocupações rendosas e que reflitam prestígio.

Os técnicos recém-formados não estão sendo aproveitados no mercado de trabalho, pois vários dos alunos entrevistados procuraram a Fundação CENAFOR pedindo emprego após a conclusão do curso.

A estrutura fundiária brasileira não está absorvendo estes técnicos que também carecem de afirmação como uma categoria profissional de técnico agrícola.

CAPITULO IV

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Verificou-se que os estabelecimentos de ensino agrícola tendem a se localizar nas regiões que apresentam índices mais elevados de tecnologia agrícola e que, futuramente, seriam capazes de absorver um maior contingente de mão-de-obra nesse setor da economia local. Entretanto tal situação não permite, por si só, inferir que existe uma política previamente estabelecida, orientando a localização das escolas agrícolas e sua adequação às necessidades regionais. Não se encontraram critérios objetivos que definissem as prê-condições que uma região deve apresentar para que nela se instale um novo Colégio Técnico Agrícola. Isso fica mais evidente quando se constata em municípios vizinhos a existência de escolas agrícolas com objetivos semelhantes.

Esta modalidade de ensino, enquanto se propõe a formar agentes de mudança no meio rural, deveria ter sua atenção voltada especialmente para o atendimento da população proveniente desse setor. Entretanto, o que se constatou foi que parcela considerável de clientela atendida pela rede de ensino agrícola não possui nem sequer atividades ligadas à

área.

Mesmo que se leve em consideração a relevância dessa prioridade, não se pode esquecer que o fato de a escola estar localizada próxima a centros urbanos, e ou mesmo as expectativas e aspirações que surgem a partir da socialização que se dá na escola, contribuem para que o técnico que pretendia se fixar no campo busque na cidade novas oportunidades de vida. No entanto, a própria escola pode ser a responsável por essa situação enquanto não transmite ao aluno valores condizentes com seu meio.

Ressalte-se que, provavelmente, o acesso à escola agrícola para considerável parcela de sua clientela só se torna possível devido às facilidades oferecidas por este tipo de ensino, tais como: internato, alimentação, assistência médica. Para essa mesma clientela, as limitações decorrentes de sua situação social dificilmente lhe possibilitariam chegar, pelos meios normais, ao ensino de 2º Grau. Estas limitações podem estar, inclusive, ocasionando o acesso tardio à escola, considerando-se que a maioria dos alunos se encontra em uma faixa etária superior à estabelecida como ideal.

Especialmente em São Paulo, onde ocorreu com maior intensidade, o ensino agrícola apresentou na década atual um aumento substancial, mesmo com sua pequena representatividade no ensino de 2º Grau.

Quanto aos professores, a percepção que possuem das expectativas de seus alunos oriundos de famílias de baixo nível sócio-econômico é de que procuram o ensino agrícola com a intenção de adquirirem uma ocupação especializada que lhes assegure boa colocação no mercado de trabalho, em atividades de extensão rural. A escola, para os professores, revela-se capaz de formar tais técnicos dada a adequação do currículo às necessidades regionais, muito embora parem dúvi

das quanto às possibilidades de absorção por parte do mercado de trabalho. Contudo, não se podem deixar de lado as opiniões contrárias que apresentam uma perspectiva crítica em relação à escola, ainda mais por partirem de professores de cultura técnica e com maior tempo de magistério.

Sendo as manifestações comportamentais de caráter situacional, como foi estudado na teorização deste trabalho, despertadas pela interação com outras pessoas e, considerando as aspirações ocupacionais e educacionais do formando como manifestação dessa natureza, pressupõe-se que houvesse associação significativa entre estas aspirações e algumas características da origem do aluno, da família, da escola e dos professores. Como ficou demonstrado pela análise dos dados a associação revelou-se pouco significativa. Constatou-se que a origem do aluno-rural ou urbana e a ocupação do pai não estão associadas às aspirações educacionais e ocupacionais dos estudantes. Tais fatores não agiram, portanto, como agentes de influência sobre as aspirações dos alunos.

Observou-se que as ocupações mais procuradas foram: liberal, supervisão e agrícola. Verificou-se que os dois primeiros tipos de ocupações são os que gozam de grande prestígio em nossa sociedade, especialmente a ocupação liberal, justamente onde se concentra o maior volume de aspirações. Quanto à ocupação agrícola que constitui o objetivo para o qual foram treinados ou a profissão que provavelmente aspirariam, não atingiu a 11 por cento o número de técnicos que pretendem trabalhar no setor primário da economia.

Identificou-se que a aspiração educacional dos alunos é, em sua grande maioria, a de continuar os estudos até alcançarem uma ocupação de prestígio e que requer mais escolaridade. Observou-se, à semelhança da aspiração ocupacional, que também esta variável se encontra pouco associada aos fatores analisados. Constatou-se que 82 por cento dos alunos

desejam continuar os estudos a nível superior, sendo que 62,5 por cento pretendem estudar e trabalhar, revelando assim o baixo poder aquisitivo das famílias dos alunos que não podem mantê-los na universidade.

É provável que os alunos possam possuir outros tipos de aspirações que não foram identificadas ou ainda tenham manifestado aspirações irreais, sem possibilidade de concretização. Estes fatores podem ser responsáveis pela distribuição irregular dos dados, o que impossibilitou outros tipos de análises sobre uma possível associação entre as aspirações dos alunos e fatores como: número de equipamentos existentes na escola, número de professores de cultura técnica, nível educacional dos pais e professores. Pois, ao se constatar que a grande maioria dos alunos aspirava a profissões liberais e não revelando associação com a origem, rural ou urbana, nem com a ocupação do pai, tornou-se desnecessário estabelecer outras correlações com os dados existentes.

O que pode levar os alunos a aspirarem mais a ocupações liberais é a continuidade dos estudos, entre outros fatores, talvez esteja o de se considerarem especializados por terem concluído um curso profissionalizante; ou então, a elevada carga horária das disciplinas de cultura geral, o que lhes oferece condições de frequentar um curso universitário. A convivência com o meio estudantil, o desejo de aprofundarem mais os conhecimentos a nível superior, despertado durante os três anos de curso, também são fatores que podem exercer influência sobre as aspirações educacionais e ocupacionais dos alunos estudados. Outros agentes de influência que também podem atuar como neutralizadores das influências estudadas sobre as aspirações dos estudantes são: a tendência do jovem a desejar a profissão de pessoas mais cultas, mais realizadas profissionalmente ou em posições aparentemente melhores, como em geral ocorre com relação aos professores, ao diretor e aos

profissionais liberais.

Constatou-se que a maioria da clientela que frequentava o Curso Técnico Agrícola em São Paulo no ano de 1974 era oriunda do meio urbano, quando se pressupunha que a escolha de um curso desta natureza seria feita por indivíduos provenientes do meio rural. Esta mesma situação havia sido constatada por um estudo feito pelo professor VANNI (1973), também para o Estado de São Paulo. Tal fato pode ser entendido ao se considerar que 71 por cento das escolas agrícolas de São Paulo se encontram em municípios com população rural inferior a 50 por cento. (Fundação CENAFOR, 1975). O fato de se encontrar uma elevada proporção de alunos provenientes do meio urbano numa escola com características agrícolas pode ser responsável pela variação das aspirações.

Poucos alunos aspiraram à ocupação de gerência, talvez pelo fato das empresas brasileiras ainda se apresentarem, em sua maioria, como organizações familiares, onde esta posição é quase sempre ocupada pelo proprietário ou algum parente; reduzindo assim, ao mínimo as chances de jovens estranhos alcançarem tal posição.

Mesmo buscando, em sua maioria, ocupações típicas do setor urbano, 73,6 por cento dos alunos afirmaram que existe oportunidade de trabalho para o técnico agrícola de nível médio na agricultura, especialmente no Estado de São Paulo que apresenta considerável grau de mecanização e modernas técnicas de cultivo. A questão da reduzida absorção do técnico de nível médio parece residir na estrutura fundiária brasileira, nos níveis salariais muito inferiores ao do técnico com curso superior e nas condições de trabalho. Quanto a este aspecto, o técnico de nível médio não irá se satisfazer, caso não se permita que ele assuma e desempenhe sua função, que seja criativo, mas venha apenas a atuar em serviços burocráticos. Outra alternativa para aproveitar eficazmente esses téc

nicos seria através de um programa de reforma agrária, onde administrariam suas próprias terras e demonstrariam a eficiência do curso feito, fornecendo subsídios para possíveis modificações no currículo.

A importância da educação para uma sociedade como a brasileira é indiscutível, mas não se pode esquecer de adequar a educação ao estado de desenvolvimento em que se encontra o país. Se a meta é o desenvolvimento da agricultura, deve-se adotar uma educação que resulte em competência profissional nesta área e em consciência social.

Uma outra possibilidade de caracterizar os fatores que influenciaram nas aspirações dos alunos seria a realização de uma nova pesquisa com estes mesmos indivíduos para se conhecer a realidade que estão vivendo, se concretizaram as aspirações, saber das dificuldades que encontraram para conseguir trabalho, das deficiências do curso frequentado e tentar identificar os fatores reais que agiram como agentes de influência em suas aspirações educacionais e ocupacionais.

Partindo-se do princípio de que o curso técnico é oficialmente de caráter terminal, considera-se que o formando deverá atuar em sua área logo após a conclusão do curso. Porém, como tal fato não ocorre na realidade, sugere-se:

- . Que se reveja a política educacional; que se reduza a participação dos candidatos provenientes do meio urbano; que se identifique e selecione através de testes vocacionais os que aspirarem a uma ocupação ligada ao setor primário; que se reserve o internato apenas para os jovens provenientes do meio rural ; que se divulgue o ensino técnico agrícola no setor rural, pois a reduzida demanda de alunos deste setor para estas escolas é devida

ao desconhecimento de sua existência, localização e características básicas.

- . Que se verifique a filosofia do ensino técnico profissionalizante e os mecanismos de controle da aplicação das normas que regulamentam o ensino técnico agrícola no sentido de preparar o jovem para atuar no setor primário da economia.
- . Que se reavalie a estrutura fundiária brasileira em termos do aproveitamento destes técnicos como administradores ou proprietários de pequenas glebas através de uma criteriosa reforma agrária.
- : Que se planeje um currículo escolar capaz de aguçar e satisfazer as aspirações educacionais e ocupacionais dos jovens, sendo também adequado às necessidades da agropecuária na região onde se localiza a escola.
- . Que se institua uma organização que atue como instrumento de apoio ao técnico agrícola, facilitando a continuidade e concretização de suas aspirações. Esta organização pode iniciar sua atuação junto aos órgãos de assistência técnica à agricultura, firmando convênios para formarem técnicos adequados às necessidades dessas instituições e se encarregando de difundir entre os agricultores as vantagens de se empregar um técnico de nível médio para administrar uma empresa agropecuária.
- . Que se organize um serviço de acompanhamento e orientação profissional, para detectar as

dificuldades técnicas, científicas e metodológicas consequentes de possíveis falhas do ensino recebido nos Colégios Técnicos Agrícolas e que estes estabelecimentos proporcionem regularmente, conforme as necessidades, cursos de aperfeiçoamento aos seus ex-alunos, para suprir as dificuldades por eles encontradas no trabalho, especialmente no início da carreira.

- . Que se forme um serviço de colocação de técnicos recém-formados em cooperação com associações rurais, sindicatos, cooperativas e empresas agrícolas públicas ou privadas.
- . Que se facilite e incentive a iniciativa de pesquisadores ou estudiosos do assunto, tanto por parte das Secretarias de Educação como pelos diretores dos estabelecimentos, a fim de que se tenham sempre informações novas, sugestões para estudos afins, e, sobretudo, elaboração de políticas de desenvolvimento desta modalidade de ensino, do técnico agrícola e da agropecuária nacional.

RESUMO

Tendo o autor participado de um diagnóstico quantitativo e qualitativo nos Colégios Técnicos de 2º Grau no Brasil, realizado em 1974, pela Fundação CENAFOR, e devido à escassez de pesquisas realizadas nessa área, decidiu-se fazer uma análise descritiva do Ensino Técnico Agrícola, especialmente no Estado de São Paulo, bem como identificar alguns fatores que podem estar associados às aspirações educacional e ocupacional dos alunos formandos naquele ano.

Especificamente procurou-se neste trabalho:

- . Caracterizar os alunos quanto a: origem (rural ou urbana); nível sócio-econômico; motivos da procura do curso; aspiração educacional; aspiração ocupacional e suas oportunidades de trabalho.
- . Caracterizar os estabelecimentos quanto a: localização; dependência administrativa; currículo; equipamentos disponíveis; cursos oferecidos e regime de permanência dos alunos.
- . Caracterizar os professores quanto a: nível de qualificação; opinião sobre a escola; sobre o profissional formado por aquele estabelecimento e sobre as oportunidades de trabalho para o técnico agrícola.

O tipo de estudo empreendido pode ser considerado como descritivo, onde o conhecimento da realidade é feito por meio da descrição das características da população e pelo estabelecimento das associações de determinadas variáveis entre si, conforme SELTIZ e outros (1965).

Adota-se, muitas vezes, esse tipo de estudo quando são escassos os conhecimentos teóricos explicativos ou pesquisas sistemáticas que permitam delimitar com certa segurança variáveis explicativas dos fenômenos de estudo e a partir daí, hipóteses explícitas.

A população estudada foi: 33 dos 34 Colégios Técnicos Agrícolas em funcionamento no ano de 1974 no Estado de São Paulo; a totalidade dos alunos formandos naquele ano: 928; e todos os professores das escolas, cerca de 457.

As transformações sociais e econômicas ocorridas devido ao crescimento industrial e à urbanização, ampliaram o mercado interno dos produtos agropecuários e ocasionaram uma demanda crescente tanto de alimentos quanto de matérias-primas para a indústria. Tornaram-se, então, necessários o aumento e a diversificação da produção do setor primário da economia, seja através do aumento da produtividade, seja por meio da ampliação das áreas cultivadas.

Considerando-se a necessidade do aumento da produtividade agrícola para satisfazer o mercado consumidor de produtos da área primária; e levando-se em conta a importância que os órgãos governamentais têm dado atualmente ao ensino profissionalizante e à característica agrícola do Brasil; pode-se dizer que existe necessidade de técnicos agrícolas de nível médio. Neste sentido, a maioria dos professores dos Colégios Técnicos Agrícolas de São Paulo vêem amplas oportunidades de trabalho para os técnicos que estão se formando.

Quanto à localização, as escolas se encontram distribuídas por 19 estados da Federação. Não se pode dizer que a situação regional venha figurando como critério determinante para a implantação de escolas agrícolas de nível médio no país. Outros fatores ligados à política local parecem orientar a instalação de escolas, escapando assim, de uma perspectiva mais racional para a satisfação das necessidades da região e do país.

Para capacitar os jovens que procuram os Colégios Técnicos Agrícolas, a fim de que desempenhem com sucesso as atividades agropecuárias, estas escolas dispõem de um currículo pleno de habilitação em Agropecuária, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação e válido para todo território nacional. Para o 2º Grau, a carga horária mínima é de 5.280 horas/aula, sendo 1560 horas, no mínimo, de conteúdo profissionalizante: 1960 horas/aula de cultura geral e 1760 horas de atividades práticas.

Quanto à adequação do currículo à realidade brasileira e sua contribuição para o desenvolvimento do país, deve-se considerar em primeiro lugar, que o aluno seria proveniente do meio rural, portanto, possuidor de certa vivência das atividades agropecuárias. Em segundo lugar, o jovem permanecerá em regime de internato o tempo necessário para sua graduação de técnico agrícola, no mínimo três anos, onde receberia uma formação mista de cultura técnica, geral e experiência prática.

Apenas cerca de 59 por cento dos professores dos Colégios Técnicos Agrícolas de São Paulo consideram o currículo adequado às necessidades do desenvolvimento agrícola da região. Isto reflete uma visão pouco otimista dos professores sobre a maneira pela qual o currículo se insere no contexto regional.

Todo estabelecimento educacional requer para a consecução de seus objetivos uma infra-estrutura física e material, sem a qual não poderia sequer existir como instituição. O processo de ensino-aprendizagem não depende apenas da ocorrência de interação aluno-professor mas, de várias condições que interferem nessa relação e no aprendizado, determinando assim sua eficiência. Partindo deste ponto de vista, surge a necessidade da escola, especialmente a profissionalizante, oferecer ao estudante a que se propõe formar, um mínimo de condições, em termos de equipamentos e instalações, que lhe propiciem não apenas um melhor desempenho de suas funções educativas como também uma maior dedicação às atividades práticas.

Em relação a máquinas agrícolas, os estabelecimentos de São Paulo são os mais bem equipados do país. No entanto, os equipamentos se encontram desigualmente distribuídos pelas escolas, sendo que algumas possuem um número considerado suficiente de máquinas e implementos, em relação ao número médio de alunos por escola: cerca de 127; enquanto outras carecem de todo tipo de recursos.

Sobre os professores, estes se distribuem em duas categorias, conforme o tipo de escolaridade: uma técnica, voltada para o setor primário; e outra acadêmica ou de cultura geral.

Neste tipo de ensino, os profissionais que possuem curso superior na área agrotécnica indicados para ministrarem as disciplinas técnicas são, em sua maioria, engenheiros agrônomos e médicos veterinários, devido ao conhecimento que possuem acerca dessas disciplinas. Nesta categoria encontram-se 13,3 por cento dos professores.

Em relação ao nível educacional dos professores do Ensino Agrícola, o Estado de São Paulo apresenta um ní

vel elevado, pois 97,2 por cento dos professores possuem curso superior. Estando, portanto, bem acima da média para o Brasil, que é de 72,5 por cento.

Quanto ao número de professores por escola os estabelecimentos de ensino agrícola de São Paulo apresentam uma média de 13,8 professores, sendo 5,5 na área de cultura técnica e 8,3 de cultura geral. Em relação à média brasileira, esse estado se encontra em posição inferior, pois a média geral é de 16 professores por escola, sendo 6,2 de cultura técnica e 8,7 de cultura geral e 0,7 de cultura técnica e geral.

Considerou-se a aspiração como um desejo do indivíduo em alcançar um objetivo tido como um bem. Neste estudo, o objetivo desejado foi identificado como a ocupação após a formatura ou a continuidade dos estudos em uma universidade. Considerados, respectivamente, aspiração ocupacional e aspiração educacional.

Os jovens técnicos apresentaram vários tipos de aspirações, mas a tendência forte foi pela procura de ocupações liberais: 81,5 por cento dos alunos. Esta situação reflete o prestígio que estas profissões e uma escolaridade a nível superior gozam em nossa sociedade. Em contrapartida, sente-se o pouco prestígio das ocupações agrícolas e manuais especializadas, onde apesar do ensino ser profissionalizante e voltado para o setor primário, apenas 10,9 por cento dos alunos aspiraram a ocupações ligadas à agropecuária.

A respeito da aspiração educacional dos alunos é, em sua grande maioria, a de continuar os estudos até alcançarem uma ocupação de prestígio e que requer mais escolaridade.

O que pode levar os alunos a aspirarem mais a ocupações liberais e à continuidade dos estudos, entre outros

fatores, talvez esteja o de se considerarem especializados por terem concluído um curso profissionalizante; ou então, a elevada carga horária das disciplinas de cultura geral, o que lhes possibilita frequentar um curso superior.

Constatou-se que mais de 70 por cento da clientela que frequentava o curso técnico agrícola em São Paulo no ano de 1974 era de origem urbana, quando se pressupunha que a escolha de um curso desta natureza seria feita de indivíduos provenientes do meio rural. Este fato pode ser responsável pela variação das aspirações.

Mesmo buscando, em sua maioria, ocupações típicas do setor urbano, 73,6 por cento dos alunos afirmaram que existe oportunidade de trabalho para o técnico de nível médio na agricultura, especialmente no Estado de São Paulo, que apresenta considerável grau de mecanização e modernas técnicas de cultivo.

Uma outra possibilidade de caracterizar os fatores que influenciaram nas aspirações dos alunos seria a realização de uma nova pesquisa com estes mesmos indivíduos para se conhecer a realidade que estão vivendo; se concretizaram as aspirações; conhecer as dificuldades que encontraram para conseguir trabalho e as deficiências que sentiram no curso frequentado.

SUMMARY

At the meeting promoted by the CENAFOR Foundation in 1974 to study the value of agricultural schools on a national level, the lack of research in this field lead to the following conclusion: to make a descriptive analysis of the teaching of agriculture specially in the state of S. Paulo, and to point out some of the factors which could be associated with the educational and occupational goals of the graduating class of that year.

The specific goals of this research are:

- a) To characterize the students according to: origin, social and economic status, motivation, educational and occupational goals and the demand for this type of service.
- b) To characterize the schools according to: administration Curriculum, equipment, courses offered, and drop-out rate.
- c) To characterize the teachers according to: qualification, their evaluation of the

school, the student, and the marketing of the profession of the student.

It might be best to consider this study here a type of descriptive study which is based on the knowledge of the reality arrived at from a study of certain characteristics of the population and certain variables within the school system according to SELTIZ and others (1965).

The schools are found in 19 States of the country, it cannot be shown that the regional situation is an important factor for the placement of the school in a certain region. Factors involving the regional politics are essential, and the net result is the lack of a more intelligent way to answer the educational needs of the region and of the country.

Education was considered as a factor of social evolution, personal realization, professional capacitation and a "springboard" to social and economic development. It was also characterized as being an agent in the socialization process. First, individuals are trained for work and life in society with the incorporation of social values and standards. Secondly, education generally provides for more effective use of human resources and the investment of capital - as reflected by the relationship between the wealth of a nation and the average educational level of its people. Formal instruction was thus seen as an investment in future salaries. The return on educational costs comes in a more competent - technically - and more effectively socialized labor force.

The agents of influence acting on students' aspirations to work in the field of agriculture, following completion of the high school program, or to continue formal

education were characterized as:

- the background of the students,
- characteristics of the ag-technical school.

Technical agricultural instruction in Brazil is professional in character with the objective of preparing qualified and competent labor. It was first planned during the reign of Emperor Dom João VI in 1812 but did not come into reality. In 1875 the agricultural course offered in a government school in the state of Bahia was transformed into the Bahian Imperial Institute of Agriculture. While various technical programs have been established in industrial and commercial fields, only in 1946 was agricultural instruction systematically structured, by law, into secondary educational programs.

Responsability for agricultural education was initially given to the Ministry of Agriculture and later moved to the Ministry of Education. Various changes of responsibility resulted in duplication and confusion and have, without doubt, retarded the maturing of its philosophy, evolution of methods and possibility for contribution to national development.

Since 1969 there has been a rapid establishment of new agricultural schools. By 1974 there were 110 in the nation. Thirty-four of them are in the State of São Paulo under the administration of the State Secretary of Education.

Data used in this study were collected from all of the secondary agricultural schools functioning in the State of São Paulo in 1974. Information was gathered from school statistics the directors, instructors and all students concluding their programs in 1974.

Only about 59 per cent of the teachers

consider the curriculum as adequate answer to the agricultural needs in that region.. This not too optimistic view reflects true value of the curriculum within the regional context.

The level of education of the teachers in S. Paulo is rather high; 97,2 per cent with college degree, while the average for brasil is 72,5 percent.

Aspiration is considered as the desire of an individual to reach a certain goal. In this study it was discovered that the goals were 1) to have an occupation after graduation 2) to pursue studies at a university.

The students technicians show various types of aspirations, but the general tendency is for the liberal arts: 61,5 percent of the students. This is clearly a reflection of the prestige of certain profession and college education. On the other is little prestige to farming and specialized manual profession. Only 10,9 percent of the student showed interest in farming.

In 1974 more that 70 percent of the students in the agricultural shcools in S. Paulo were from the city or urban areas. It is generally supposed that schools of this type is geared for students from the rural areas. This could be a factor to explain the variation in the aspiration.

Another possibility to characterize the factors which influenced the aspiration of the students would be have follow-up on the same individuals to verify the following: 1) do discover the reality in which they are living, 2) to see if the aspirations were realized, 3) discover the difficulties in finding work, 4) and the shortcomings of the course that they made.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, J., 1963. "Ensino Médio Brasileiro: Tendências de sua Expansão". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 39: 274-279.
- ACKOFF, R.L., 1972. Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo, Editora Herder-USP, Coleção Ciências do Comportamento.
- BEEBY, C.E., 1973. Educação e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BLALOCK, H.M., 1973. Introdução à Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BRASIL, 1971. I Plano Nacional de Desenvolvimento. (1971-1974). Brasília, Presidência da República.
- BRASIL, 1975. II Plano Nacional de Desenvolvimento. (1975-1979). Brasília, Presidência da República.
- BREJON, M., 1968a. "A Educação Geral e a Educação Técnica". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 50: 245-249.

BREJON, M., 1968b. Recursos Humanos, Ensino Técnico e Desenvolvimento - uma Perspectiva Brasileira. São Paulo, Pioneira Editora.

CASTRO, C.M., et alii, 1972. Ensino Técnico, Desempenho e Custos. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Coleção relatório de pesquisas.

CUNHA, N.F. e ABREU, J., 1970. "Papel da Cultura Geral na Formação Técnico-Especializada". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 54: 289-297.

DURKHEIM, E., 1965. Educação e Sociologia. São Paulo, Edições Melhoramentos.

FERNANDES, F., 1966. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora.

FUNDAÇÃO CENAFOR, 1971. "Documento Básico para Planejamento de Cursos Agrícolas, Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional". São Paulo, p. 6, op. cit. por VANNI (1973, p. 150).

FUNDAÇÃO CENAFOR, 1972a. Escolas Agrícolas de 2º Grau. São Paulo, Fundação Cenafor (mimeografado).

FUNDAÇÃO CENAFOR, 1972b. Escola-Fazenda. São Paulo, Fundação Cenafor (mimeografado).

FUNDAÇÃO CENAFOR, 1975a. Escolas de 2º Grau da Área Primária no Brasil: um Estudo Quantitativo e Qualitativo, São Paulo, Fundação CENAFOR, série Relatório DPD - 1975, nº 1 (mimeografado).

FUNDAÇÃO CENAFOR, 1975b. Escolas de 2º Grau da Área Primária no Brasil: um Estudo Quantitativo e Qualitativo. São Paulo. Fundação CENAFOR, série Relatórios DPO - 1975, nº 3 (mimeografado).

FURTADO, C. 1964. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Fundo de Cultura.

GOOD, W.J. e P.K. HATT, 1972. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

GOUVEIA, A.J. e R.J. HAVIGHURST. 1969. Ensino Médio e Desenvolvimento. São Paulo, Edições Melhoramento.

GOUVEIA, A.J., 1970. Professores de Amanhã - um Estudo de Escolha Ocupacional. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

HALLER, A.O. e J. WOELFEL, 1972. "Significant Others and their Expecations: Concepts and Instruments to Measure Interpersonal Influence on Status Aspirations". Rural Sociology, 37: 391-622.

HANSEN, D.O. 1976. Determinantes do Desempenho Educacional no Rio Grande do Sul, Brasil: Arte Transcultural de um Modelo. Porto Alegre, Estudos e Trabalhos mimeografados.

HARBINSON, F. e C.A. MYERS, 1965. Educação, Mão-de-Obra e Crescimento Econômico. Rio de Janeiro, Editora - Fundo de Cultura.

HAVIGHURST, R.J. e J.E. ABREU, 1961. "O Problema da Educação Secundária na América Latina". Educação e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 9: 25-42.

HUTCHINSON, B., 1960. Mobilidade e Trabalho. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

KANDEL, D.B. e G.S. LESSER, 1960. "Parental and peer influence on educational plans of adolescents". American Sociological Review, 34: 212-221.

KERN, HARBINSON, DUNLOP e MYERS, 1963. Industrialismo e Sociedade Industrial. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. op. cit. por PONTES (1969, p. 36).

MACHLUB, F., 1973. "Educação como Técnica Social". In: Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi: Educação e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 88-90.

MANNHEIN, K. e W.A.C. STEWART, 1974. Introdução à Sociologia da Educação. São Paulo, Editora Cultrix.

MARTINS, J.S., 1969. "Modernização e Problema Agrário no Estado de São Paulo". Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, nº 26.

MARTINS, J.S., 1974. "A valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural". Debate e Crítica. São Paulo, nº 2. jan.-jun., p. 112-132.

MEC, 1970. "O Ensino Agrícola". MEC-Revista, Rio de Janeiro, Ano XI, nº 46, outubro 1969 a janeiro 1970, p. 43-50.

MEC/DEM, 1973. Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau. Brasília, Ministério da Educação e Cultura.

- MEDINA, C.A. et alii, 1970. Ensino Agrícola de Nível Médio no Brasil. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Edição mimeografada.
- METLIN, C. e M. HSU, 1975. "Alternative concepts for the study of the significance of influentials". Rural Sociology, 40: 152-161.
- MOLINA, F.J., 1971. Educação Rural. Série Estudos, nº 15, ESALQ-USP, Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.
- PASTORE, J. e J.C. LOPES, 1973. A mão-de-obra especializada na indústria paulista. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas.
- PEÇANHA, W. e A.B. DUARTE, 1970. "O Ensino Agrícola e o Desenvolvimento Integrado do País". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 54: 338-349.
- PEREIRA, L. e M.M. FORACCHI, Org., 1973. Educação e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- PINHO, C.M., 1970. Economia da Educação e Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- PONTES, H., 1969. Educação para o Desenvolvimento. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- RODRIGUES, A., 1973. Psicologia Social. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- SCHULTZ, T.W., 1967. O Valor Econômico da Educação. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- SEVERO, R., 1934 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico-Estatutos-Regulamentos-Programas-Diplomas, MDCCC LXXIII-MCMXXXIV.
- SEWEL et alii, 1969. "The educacional and the early ocupacional attainment process". American Sociological Review, 34: 82-92.
- SILVA, J.B., 1963. "A Aprendizagem como um Sistema de Formação Profissional". São Paulo, SENAI, (mimeografado).
- SIMPSON, R.L., 1962. "Parental influence antecipatory socialization and social mobilities. American Sociological Review, 27: 517-522.
- SOUSA, W.W.C., 1936. Escola Rural - Novos Rumos. Rio de Janeiro, Edições Rio Branco.
- SPIEGEL, M.R., 1972. Estatísticas Rio de Janeiro, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda
- SZMRECSÁNYI, T. e O. QUEDA. Org. 1973. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- TAVARES, C.A. 1971. "A formação profissional do Técnico Agrícola". Universidade Federal Rural de Pernambuco, (mimeografado).
- TAVARES, C.S., 1972. "Estudo Comparativo entre a Aspiração Profissional do Aluno Concluinte do Curso Técnico Agrícola e sua Ocupação Real". Universidade Federal de Pernambuco, (mimeografado).
- TEIXEIRA, A., 1957. Educação não é Privilégio. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora.

TEIXEIRA, A., 1961. "Educação e Desenvolvimento". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, jan-março, p. 71-92.

VAIZEY, J., 1968. Economia da Educação. São Paulo, IBRASA.

VANNI, C.F., 1973. Estudo da Clientela das Escolas Agrícolas de Grau Médio do Estado de São Paulo. Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, 250 p. (Tese de Doutorado).

VELLOSO, J.P.R., 1970. "Ensino Técnico de Nível Médio: Aspecto de sua Programação". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 54: 280-288.

WEREBE, M.J.G., 1968. Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

APÊNDICE

FUNDAÇÃO CENAFOR
PROJETO 01/808/003/74

ESTABELECIMENTO

1. Nome da Escola _____
2. Endereço _____
3. Bairro _____ Município _____
4. Distância da cidade mais próxima _____
5. Telefone _____ Caixa Postal _____
6. Estado _____ Região _____
7. Data criação estabelecimento __/__/__ data de início de funcionamento do 2º grau agrícola __/__/__.
8. Dependência Administrativa da Escola

- Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola - DEM ()
Secretaria Estadual de Educação ()
Universidade Federal ()
Universidade Estadual ()
Universidade Particular ()
Outro tipo de entidade particular ()
Fundação Pública ()
Fundação Particular ()
Convênio _____

especificar

9. Curso de 2º grau agrícola mantidos atualmente na escola e os respectivos anos de instalação:

Cursos

Ano de instalação

Técnico Agrícola

Técnico Agropecuário _____
Técnico Economia Doméstica Rural _____
Técnico Indústrias Agropecuárias _____
Técnico Florestal _____
Técnico em Viticultura e Enologia _____
Professora de Economia Doméstica _____

Outros Cursos _____

10. Regime de Permanência dos Alunos:

<u>Regime</u>	<u>Nº de alunos</u>
Internato	_____
Externato	_____
Semi-Internato	_____

11. Informações quanto ao corpo discente:

Curso _____

Nº total de alunos (em 1974) _____ Alunos

Setor da atividade dos pais dos alunos, por série:

Séries	Setor de Atividades	Nº de alunos cujos pais exercem atividade no <u>meio rural</u>	Nº de alunos cujos pais exercem atividades no <u>meio urbano</u> .
--------	---------------------	--	--

1a. Série _____

2a. Série _____

3a. Série _____

12. Evasão e Repetência.

A N D	1a. Série		2a. Série		3a. Série		4a. Série					
	I	F	A	R	I	F	A	R	I	F	A	R
	1970											
	1971											
	1972											
	1973											
	1974											
	1970											
	1971											
	1972											
	1973											
	1974											
	1970											
	1971											
	1972											
	1973											
	1974											
	1970											
	1971											
	1972											
	1973											
	1974											

Técnico
Agrícola

Economia
Doméstica

Outro
(especificar)

(continuação) Equipamentos e veículos existentes na escola:

2. Equipamento p/irrigação	Quantidade existente	Utilizada em atividades diárias	Quantidade de fora do uso (quebrado)	Quantidade de utilizada fora da escola	Não há pessoal para manusear
Capinadeira de tração animal					
Capinadeira de tração mecânica					
Ceifadeira de tração animal					
Ceifadeira de tração mecânica					
Enxadas					
Esparramador de calcário para fertilizantes					
Foice					
Grade de disco de tração animal					
Grade de disco de tração mecânica					
Pás					
Polvilhadeira costal					
Polvilhadeira de tração mecânica					
Pulverizador costal manual					
Pulverizador costal motorizado					
Pulverizador de tração mecânica					
Roçadeira					
Semeadeira de tração animal					
Semeadeira de tração mecânica					
Semeadeira manual					

FORMULÁRIOS DE DOCENTES

(MODELO C)

Nome do Entrevistado: _____

Endereço: _____

Rua N^o Bairro Município Estado

1. Qual a sua idade?

_____ anos

2. Sexo:

Masculino ()

Feminino ()

3. Quais os graus de escolaridade que o Sr. completou ou está cursando?

Graus e Ramos	Cursando	Completo
1 ^o Grau Ginásial (secundário, industrial, comercial, agrícola)	_____	_____
2 ^o Grau		
Secundário	_____	_____
Agrícola	_____	_____
Industrial	_____	_____
Comercial	_____	_____
Normal	_____	_____

Graus e Ramos	Cursando	Completo
3º Grau		
Agronomia	_____	
Biblioteconomia	_____	
Ciências Agrícolas	_____	
Ciências Bio-Médicas e Medicina	_____	
Ciências Econômicas, Administrativas, Ciências Domésticas	_____	
Direito	_____	
Educação Física	_____	
Engenharia	_____	
Outras seções da Fac. de Filosofia		
Especificar: _____	_____	
Pedagogia	_____	
Psicologia	_____	
Veterinária	_____	
Outros cursos superiores		
Especificar: _____	_____	
Complementação Pedagógica ou Licenciatura	_____	
Pós-Graduação	_____	
Curso de Formação de Profs. de Cultura Técnica	_____	

4. O Sr. realizou cursos de Atualização, aperfeiçoamento ou especialização nos últimos 5 anos?

SIM ()

NÃO ()

4.1. Se SIM, em que área(s) e qual a Instituição que promoveu o curso? _____

5. Qual o número total de aulas semanais (teóricas e práticas) que o Sr. ministra neste estabelecimento?

_____ Aulas

6. As disciplinas que o Sr. leciona no 2º Grau Agrícola, neste estabelecimento, são de:

Cultura Técnica (além de L.P.P. e P.A.O.) ()

Cultura Geral ()

Cultura Técnica e Cultura Geral ()

Cultura Técnica - apenas trabalho do campo ()

7. Quais as disciplinas que o Sr. leciona no 2º Grau Agrícola, neste estabelecimento, especificando os cursos correspondentes:

Disciplinas	Cursos	Nº de aulas semanais	
		Teóricas	Práticas

8. Quais os equipamentos que o Sr. utiliza para dar suas aulas?

9. Quantas horas por semana o Sr. passa com os alunos no laboratório?

_____ Horas

10. Quantas horas por semana o Sr. passa com os alunos em trabalhos de campo?

_____ Horas

11. Na sua opinião, o currículo adotado por esta escola atende às necessidades de desenvolvimento agrícola da região?

SIM ()

NÃO ()

11.1. Por que?

11.2. Se NÃO: O que seria necessário para melhor adequá-lo às necessidades da região?

12. O que o Sr., mudaria no currículo e no funcionamento desta escola para aperfeiçoar a formação do técnico agrícola?

13. O Sr. acha que na região existem oportunidades de trabalho para os técnicos formados por esta escola?

SIM ()

NÃO ()

13.1. Por que?

14. Pelo que o Sr. sabe, quais os principais empregadores do técnico agrícola?

15. Em sua opinião, qual(is) o(s) motivo(s) pelo(s) qual (is) os alunos procuram o curso agrícola desta escola?

16. Na sua opinião, quais as funções (atribuições) do técnico agrícola de nível médio?

17. Em sua opinião, os alunos formados nesta escola recebem uma formação adequada para desempenhar as funções que o Sr. enumerou?

SIM ()

NÃO ()

17.1. Por que?

18. O Sr. está satisfeito com as condições de trabalho que a escola lhe oferece?

SIM ()

NÃO ()

18.1. Por que?

FORMULÁRIO DE ALUNOS

1. Nome do Aluno: _____

2. Qual é a sua idade? _____ Qual é o seu sexo? _____

3. Onde residem seus pais?

Município _____ Zona urbana ()

Estado _____ Zona rural ()

4. Qual a escolaridade de seus pais? Do Pai Da Mãe

Não frequentou escola (analfabeto) _____

Primário Incompleto _____

Primário Completo _____

Ginasial Incompleto _____

Ginasial Completo _____

Colegial Incompleto _____

Colegial Completo _____

Superior Incompleto _____

Superior Completo _____

4.1. Se fez ou fizeram curso superior, indique qual(is) o(s) curso(s):

Do Pai _____ da Mãe _____

5. Descreva, claramente, a ocupação de seu pai, mesmo que ele seja falecido ou aposentado. Procure dar uma idéia do que ele faz (ou fazia).

Por exemplo, se for operário, funcionário, comerciário, etc., diga qual o serviço que faz na fábrica, repartição

ou empresa onde trabalha; se for comerciante, diga qual é o ramo de negócios; se for agricultor, diga se é sitiante, fazendeiro, meeiro ou empregado; se for professor, diga para quem ele dá aulas; se ele é falecido, aposentado ou está desempregado, descreva a ocupação que teve durante a maior parte de sua vida; se tiver mais de um emprego, descreva apenas o principal; ou seja, qual o seu pai dedica maior parte de seu tempo:

6. Se seu pai é proprietário agrícola:

6.1. Qual a área(s) da(s) sua(s) propriedade(s)?

7. Se seu pai é agricultor (ou seja, fazendeiro, meeiro, parceiro, arrendatário, etc.):

7.1. Quantas pessoas trabalham com seu pai além das pessoas da família?

_____ empregados
Nº

8. De todas as profissões que você conhece, qual delas você gostaria de exercer?

9. Você acha que poderá seguir esta profissão que você mencionou na pergunta anterior?

SIM ()

NÃO ()

Se você acha que não poderá seguir esta profissão:

Que profissão você acha que vai ter? _____

10. Por que você veio estudar numa escola agrícola?

11. O técnico agrícola formado nesta escola tem facilidade de encontrar trabalho?

SIM ()

NÃO ()

11.1. Por que?

12. Pelo que você sabe, quais são os principais empregadores do técnico agrícola (fazendas, escolas, órgãos públicos, indústrias, comércio, etc.)?

13. Quando terminar o curso que realiza atualmente, você pretende:

continuar estudando ()

trabalhar ()

continuar estudando
e trabalhar ()

14. Se você pretende continuar estudando:

Que curso pretende fazer quando terminar o curso agrícola?

Por que você escolheu este curso?

15. Se você pretende trabalhar, após a conclusão do curso?

Onde vai trabalhar depois que terminar o 2º Grau Agrícola?

Por que?

Por que resolveu trabalhar?

16. Na sua opinião, quais as funções do técnico agrícola?

17. Você acha que o curso que está fazendo lhe oferece uma formação suficiente para desempenhar as funções de técnico agrícola?

SIM ()

NÃO ()

17.1. Por que?

18. Quais as falhas que você apontaria no funcionamento da escola e do curso?
